



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO



ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DE MERCADO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Mariana
Junho / 2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO



Lucas Oliveira Teixeira

Análise da Concentração de Mercado do Setor Bancário Brasileiro

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Carlos Eduardo da Gama Torres

Mariana
DECEG / ICESA / UFOP
Junho / 2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

T266a Teixeira, Lucas Oliveira .
Análise da Concentração de Mercado do Setor Bancário Brasileiro.
[manuscrito] / Lucas Oliveira Teixeira. - 2020.
50 f.: il.: gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo da Gama Torres.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Administração bancária. 2. Bancos. 3. Grandes empresas. 4. Fusões
de bancos. I. Torres, Carlos Eduardo da Gama. II. Universidade Federal de
Ouro Preto. III. Título.

CDU 336.7



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Lucas de Oliveira Teixeira
ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DE MERCADO DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Membros da banca

Carlos Eduardo da Gama Torres - Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto
Thiago de Souza Barros - Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto
Nome - Marcelo Aparecido Cabral Nogueira- Universidade Federal de Ouro Preto

Versão final

Aprovado em 31 de agosto de 2020

De acordo

Carlos Eduardo da Gama Torres Orientador



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo da Gama Torres, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2020, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0078851** e o código CRC **9974DA5B**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.006153/2020-18

SEI nº 0078851

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

RESUMO

Este trabalho visa analisar a evolução e o processo de concentração do sistema bancário brasileiro no período compreendido entre 2008 e 2019, além de apresentar uma breve relação histórica e atual sobre o setor bancário no Brasil. Para isso, serão calculados e analisados os principais índices de concentração bancária a partir de dados obtidos junto ao Banco Central (BACEN). Os resultados obtidos por este estudo mostraram que o mercado bancário brasileiro é moderadamente concentrado, muito em razão das fusões e aquisições e da eficiência e diferenciações de produto e serviços.

Palavras-Chave: Setor bancário; Concentração; Fusões e Aquisições

ABSTRACT

This work aims to analyze the evolution and concentration process of the Brazilian banking system in the period between 2008 and 2019, in addition to presenting a brief historical and current relationship about the banking sector in Brazil. For this, seek the calculation and analysis of the main concentration indexes from data obtained from the Central Bank (BACEN). The results obtained by this study showed that the Brazilian banking market is moderately concentrated, largely due to mergers and acquisitions together with efficiency and differentiation of product and services.

Keywords: Banking sector; Concentration; Fusions and acquisitions

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Operações de crédito 2008-2019	8
Gráfico 2 – Distribuição média das operações de crédito por Participação Percentual entre 2008 e 2019	8
Gráfico 3 - Lucro Líquido dos Bancos em 2019	19
Gráfico 4 – Evolução do CR5 (Ativos totais)	34
Gráfico 5 – Evolução do HHI (Ativos totais e Patrimônio Líquido)	36
Gráfico 6: Evolução ET (Ativos Totais e Patrimônio Líquido)	37
Gráfico 7 – Evolução do CR5 (Depósitos Totais).....	39
Gráfico 8 – Evolução HHI (Depósitos Totais e Operações de Crédito).....	42
Gráfico 9 – Evolução ET (Depósitos Totais e Operações de Crédito).....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fusões, Incorporações e Aquisições dos cinco principais bancos brasileiros entre 2008-2019.....	13
Quadro 2 – Grau de Concentração (CRK).....	25
Quadro 3 – Níveis de Concentração HHI	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução no quantitativo de instituições autorizadas	15
Tabela 2 - Evolução da rede de atendimento, 2013-2018.....	16
Tabela 3 - Participação relativa por tipo de segmento e controle – dezembro/2018	17
Tabela 4 – Evolução do Market Share 2008-2019	18
Tabela 5 – Índices de concentração (Ativos Totais)	32
Tabela 6 – Índices de concentração (Patrimônio Líquido)	35
Tabela 7 – Índices de concentração (Depósitos Totais)	38
Tabela 8 – Índices de concentração (Operações de Crédito).....	40

LISTA DE SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
COFIE	Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
PROEF	Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do SFN
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual
SFN	Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1 A Evolução da Estrutura de Mercado no Setor Bancário Brasileiro.....	3
2.2 A Concentração Bancária no Brasil.....	9
2.3 Análise de Mercado e Índices e Concentração.....	20
3. METODOLOGIA E DADOS.....	30
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

1. INTRODUÇÃO

Ao considerarmos o setor bancário brasileiro visualizamos, inicialmente, um mercado concentrado em poucos bancos de grande relevância. Não é nenhuma novidade que no Brasil, os cinco maiores bancos predominam na participação do setor bancário, porém há reflexos derivados dessa concentração a ser pago em cenários como este.

A falta de competitividade representa condições de crédito e depósitos desvantajosos para os consumidores, e pouco compromisso com inovações e melhorias na oferta de produtos e serviços por parte dos bancos. Sendo assim, a competição pode ser vista como algo desejável, implicando em um aumento na eficiência institucional. Por outro lado, quanto maior a concentração, maiores são os ganhos significativos de escala, o que também poderá provocar uma oportunidade de abuso do poder econômico (DANTAS; MEDEIROS; PAULO, 2011).

Em meados dos anos 1960, a partir das reformas financeiras realizadas no Brasil, ocorreu uma grande consolidação do sistema bancário, muito em detrimento do crescimento tanto de instituições nacionais, quanto de bancos privados estrangeiros. Estas reformas trouxeram maior dinâmica ao setor financeiro, criando órgãos que visavam à estabilidade do desenvolvimento econômico e financeiro do país (KRETZER, 1996).

Após 1988, surgiram os bancos múltiplos e, em seguida, a partir de 1994, o Brasil aderiu às normas do acordo de Basiléia, determinando novos padrões internacionais de capitalização para as instituições bancárias. Ainda em 1994, com o Plano Real, surgiram vários bancos estrangeiros no Brasil, incentivando o processo de fusões e aquisições, resultando na diminuição do número total de bancos no país (KRETZER, 1996).

Com a crise bancária advinda do Plano Real, programas como o PROER e PROES foram implementados a fim de evitar uma crise de insolvência e permitir reestruturar o sistema bancário. A partir da instituição de tais programas, percebeu-se o aumento da concentração, acompanhado do aumento da rentabilidade e lucratividade. O setor bancário se adaptou rapidamente ao novo cenário, diversificando suas receitas e com um novo foco no mercado com a oferta de crédito (ESPERANÇA, 2017). O processo de fusões e aquisições intensificou o grau de concentração bancária, fazendo com que as instituições se fortalecessem diante de crises, tornando-as menos vulneráveis.

O objetivo deste trabalho consiste em compreender a evolução do processo de concentração do setor bancário brasileiro e analisar a concentração desse setor entre o período de 2008 e 2019, utilizando como ferramenta a análise dos principais índices de concentração. Ressalta-se a importância dessa análise considerando-se a relevância que este setor representa em toda economia. Um setor bancário sólido e confiável é muito importante para qualquer economia, principalmente no Brasil onde a oferta de crédito é um dos principais meios de alavancar o setor produtivo. Os níveis de concentração alteram a competitividade, eficiência e a confiabilidade do setor bancário.

Os bancos são instituições essenciais à manutenção das atividades comerciais, pois além de oferecer serviços financeiros, facilitam transações de pagamento e oferecem crédito pessoal, ajudando no desenvolvimento do comércio. As recentes crises mostram bem a importância do papel das instituições bancárias, e como elas podem estabilizar o sistema econômico. É importante destacar que a evolução do sistema bancário é impactada diretamente por mudanças na conjuntura econômica, como por exemplo as altas taxas de juros e spreads bancários, bancarização, expansão e contração do crédito, etc (BARBOSA, 2015).

Muito se diz no senso comum que o sistema bancário brasileiro é bastante concentrado e que isso influencia a lucratividade. A ideia dessa pesquisa é a de investigar, sob a ótica da estrutura de mercado da teoria econômica, em que condições se encontra a suposta concentração de mercado bancário brasileiro.

A concentração de mercado é um importante aspecto na explicação da lucratividade bancária. Os bancos estão exercendo um comportamento não competitivo e se beneficiando em detrimento da eficiência do mercado. Bancos com um bom desempenho em reduzir seus custos obtêm maiores lucros e retorno.

Este trabalho está dividido em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, com a evolução da estrutura de mercado no setor bancário brasileiro, descrita desde os anos 60 até o cenário recente. Apresenta também uma análise teórica de como se porta o mercado bancário e quais os índices que serão utilizados como instrumento da pesquisa. O terceiro capítulo apresenta a metodologia e dados utilizados na pesquisa. Por fim, o quarto capítulo analisa os resultados da concentração bancária, através de uma seleção de variáveis importantes que explicam a lucratividade de um banco, por meio dos índices de concentração mais utilizados na literatura microeconômica vistos nos capítulos anteriores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução da Estrutura de Mercado no Setor Bancário Brasileiro

Após a Reforma Bancária de 1964, cresceu o número de bancos — privados, multinacionais e pequenas instituições — que passaram a operar no Brasil em busca de lucros e crescimento. Ao longo do tempo este cenário alterou-se sensivelmente uma vez que ocorreram as privatizações de bancos públicos, o Acordo da Basiléia, a estabilização proporcionada pelo Plano Real, entre outros eventos importantes (ESPERANÇA, 2017).

De maneira geral, a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional se deu a partir de três etapas: Reforma Bancária (Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964), Lei do Mercado de Capitais (Lei 4.728, de 14 de julho de 1965) e a liberalização do mercado financeiro, que criava linhas de financiamento por meio do Programa de Estímulo e Reestruturação (PROER). Em 1988, foi aprovada a constituição dos bancos múltiplos. Desde então, o número de instituições cresceu fortemente, até culminar com a crise bancária dos anos 90 (KRETZER, 1996).

Considerando uma perspectiva histórica, no início da década de 60 vários países da América Latina começaram a apresentar sinais de desaceleração. No Brasil, ocorreu uma reforma geral do sistema monetário-creditício e uma reforma financeira a fim de criar instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento de crédito (KRETZER, 1996).

A nova ordem econômica instaurada pretendia obter um maior controle sobre a atuação das instituições financeiras, criar novos esquemas de financiamento aos setores, e gerar uma maior especialização e flexibilidade ao conjunto do sistema financeiro. A lei da Reforma Bancária criou o Conselho Monetário Nacional (CMN), que tinha o objetivo de controlar a moeda e o crédito, organizando e definindo a política monetária e de crédito. Essa lei também definiu o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento como responsável pelas políticas de investimento do governo federal, regulamentou algumas instituições de intermediação como o Sistema Financeiro de Habitação, criou o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (FORTUNA, 2014). Como resultado obteve-se uma maior modernização dos bancos nacionais, considerando-se tanto os padrões americanos como os europeus na especialização das atividades bancárias.

Delfim Neto (1971), considerava que o capital bancário seria fortalecido pelo movimento de concentração, que formaria a base para uma integração banco-indústria-comércio e daria origem às grandes empresas privadas brasileiras. Neste contexto, foi criada a Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas (COFIE), em 1971, com a finalidade de analisar o interesse nacional nos processos de reavaliação, fusão e incorporação (KRETZER, 1996).

Embora o objetivo da COFIE fosse reduzir os custos operacionais dos bancos por meio das economias de escala, proporcionando menores taxas de juros para os detentores de recursos, obteve-se como resultado uma grande redução do número de bancos, criando um pequeno conjunto de bancos comerciais (CARVALHEIRO e TAVARES, 1985).

A partir de 1980, com o país mergulhando em crise, 15 anos após a reforma financeira de Campos e Bulhões¹, tornou-se necessária uma discussão sobre a reforma financeira. Para propiciar a modernização da economia brasileira foi necessário criar condições para o financiamento do crescimento econômico num regime de estabilidade de preços. Buscava-se a criação de um sistema de bancos múltiplos, que reunisse, através de determinado tipo de racionalização do trabalho, uma integração das empresas de um conglomerado financeiro em um só banco (KRETZER, 1996).

Como a Constituição de 1988 cancelou a figura da Carta-Patente como documento de valor para transações no mercado financeiro, fazendo com que o sistema bancário voltasse a crescer em ritmo acelerado e, devido à ajustes das políticas adotadas pelo governo no Sistema Financeiro Nacional, que foi pressionado por banqueiros e, dada as recomendações do Banco Mundial visando ajustes na estrutura de custos, observou-se o surgimento dos Bancos Múltiplos (KRETZER, 1996).

Neste contexto, são considerados Bancos Múltiplos instituições financeiras, públicas ou privadas, que realizam operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras através de uma carteira diversificada: comercial, de investimento ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento (LIMA, FERRO e KOCINAS; 2018).

¹ Bulhões e Roberto Campos, ministro extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, foram os responsáveis pela elaboração do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), linha-mestra da política econômica do governo Castelo (FGV, 2001).

Um Banco Múltiplo visa à redução de seus custos através de uma racionalização do trabalho e da integração de vários departamentos e até mesmo da redução do número de agências. Toda essa dinâmica é resultado das mudanças da estrutura do mercado, como a inovação de novos recursos tecnológicos, a integração e expansão entre as instituições financeiras, o processo de transmissão de dados, etc.

Os bancos múltiplos contribuíram muito para a multiplicação de bancos no país uma vez que mais que dobraram os números do setor. Aliados a uma maior competição, e em um período de alta inflação tais bancos se beneficiaram das altas taxas de juros dos empréstimos. Em 29/08/1995, um acordo entre o BACEN e a FEBRABAN a fim de reduzir os riscos do sistema bancário brasileiro, criou um sistema de seguro, chamado seguro de depósitos. Outra forma adotada para reduzir o risco do sistema bancário deu-se por meio da maior capitalização do sistema a partir do aumento da participação de capital estrangeiro nos bancos nacionais. Com o aumento do fluxo de capital estrangeiro de risco no setor financeiro, os bancos estrangeiros passaram a atuar diretamente no mercado (KRETZER, 1996).

Em agosto de 1994, o Brasil aderiu às normas do acordo de Basiléia, que determinava os padrões internacionais de capitalização para as instituições bancárias, a fim de tornar uniforme as práticas de atividades financeira em posição internacional. O objetivo do acordo era proporcionar a solvência das instituições financeiras com a criação de uma metodologia comum de avaliação de risco de crédito para as operações financeiras. Tal acordo obrigou que todas as instituições mantivessem um índice mínimo de capital depositado em caixa, aumentando a base de capital e reduzindo os riscos de falência dos bancos (KRETZER, 1996).

O governo brasileiro estipulou que o capital mínimo (ponderado pelo risco das operações ativas do banco) nos bancos deveriam compreender 8% em relação ao risco das suas operações ativas, sendo esse valor posteriormente elevado. Essa medida dificultou a sobrevivência de algumas instituições de pequeno e médio porte que atuavam normalmente com alavancagem maior do que a das grandes instituições (ROCHA, 2001).

Com o setor bancário em crise, logo após a promulgação do Plano Real, ocorreu uma entrada em massa de bancos estrangeiros no Brasil, por meio de programas de incentivo à redução da participação do setor público e de diretrizes governamentais. O processo de fusões e incorporações/aquisições ganhou força entre instituições domésticas e estrangeiras, resultando na diminuição do número total de bancos no país (ESPERANÇA, 2017).

Para solução do risco bancário, a fim de evitar uma crise de insolvência e reestruturar o sistema bancário, uma medida governamental de estímulo às fusões e incorporações do governo criou linhas de financiamento, por meio do PROER (Programa de Estímulo e Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) em 1995, para cobrir gastos com reorganizações administrativas, operacionais e societárias que resultassem dos novos bancos surgidos de fusão ou incorporação (ESPERANÇA, 2017).

Através do programa, os ativos e passivos que pudessem ser recuperados eram transferidos para instituições saudáveis, enquanto os irrecuperáveis eram absorvidos pelo Banco Central, que também financiava a absorção dos bancos saudáveis compradores (FREITAS, 1998).

A necessidade da implementação deste programa deu-se pela incapacidade das instituições financeiras promoverem os ajustes para a sobrevivência, dado o novo cenário econômico que gerava grandes perdas financeiras nos bancos brasileiros após o Plano Real (BACEN, 2014).

Neste contexto, muitos bancos não conseguiram se ajustar ao novo contexto macroeconômico (destacando-se a perda dos ganhos inflacionários). O resultado após sua implementação foi uma significativa redução no número de instituições financeiras, através de processos de transferência de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações (SALVIANO JR. 2004).

O PROER destinava-se apenas aos bancos privados uma vez que os bancos públicos, devido à menor maleabilidade para a redução de seus custos, foram os mais atingidos pela redução dos ganhos inflacionários. Assim, foi instituído o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária), com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual (SALVIANO JR. 2004).

Segundo Arienti (2007), para ter direito aos recursos provenientes do PROES, os bancos estatais deveriam se comprometer a serem privatizados ou liquidados, transferindo seu controle para o governo federal ou se transformando em agência de desenvolvimento. O objetivo deste programa foi diminuir o *déficit* público e reduzir a participação do estado na economia.

Assim, a partir da implementação do PROES e do PROER alterava-se a configuração do sistema bancário brasileiro observando-se uma maior concentração. Ao lado do PROER e do PROES, uma das mudanças mais significativas no sistema bancário brasileiro diz respeito à abertura do mercado brasileiro para a operação de instituições estrangeiras. Essa abertura

incentivou a concorrência fazendo com que os bancos visassem fusões e aquisições a fim de manter a competitividade; todo esse processo ocasionou uma grande concentração bancária (ESPERANÇA, 2017).

Considerando-se especificamente a questão do crédito, nota-se que este instrumento pode ser descrito como um recurso que financia os agentes deficitários na economia, com uma taxa de juros atrelada ao seu uso (LUFT e ZILLI, 2013). De acordo com Clemente e Kühl (2011) o mercado de crédito financia os setores produtivos em suas necessidades de investimento, capital de giro e operações correntes, diante de garantias como penhoras, fianças e hipotecas. O crédito surge da necessidade de transferências de recursos de agentes superavitários para agentes deficitários através de instituições financeiras intermediárias.

Classificando o crédito de acordo com a destinação do recurso, verifica-se dois tipos de crédito: direcionado e livre. O crédito direcionado é regulamentado pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) ou vinculado à recursos orçamentários, tendo uma finalidade específica em setores específicos segundo o Banco Central; onde o volume varia de acordo com o percentual sobre depósitos à vista e de caderneta de poupança, além de fundos e programas públicos. As operações de crédito livre correspondem aos contratos de financiamentos e empréstimos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários. No crédito livre, as instituições financeiras têm autonomia sobre a destinação dos recursos captados em mercado, ou seja, cabe ao banco onde será direcionado.

No caso do crédito direcionado a obrigatoriedade dos recursos serem destinados a projetos específicos faz com que os bancos cumpram os critérios, uma vez que discrepâncias podem ser examinadas caso ocorram mudanças na esfera da captação (GONÇALVES, 2007).

De acordo com Ercolin (2009) e Kühl (2011) países como os EUA se utilizam do mercado de capitais e de recursos de instituições financeiras para alavancar o setor produtivo da economia; já o Brasil, tornou-se dependente do sistema bancário para adquirir recursos, tanto para pessoa física quanto pessoa jurídica. No Gráfico 1, observa-se a evolução das operações de crédito totais do SFN nos últimos 11 anos, de acordo com as categorias público, privado nacional e privado com controle estrangeiro. Nota-se a elevação do volume de operações de crédito em todas as categorias até o ano de 2015, com destaque para o setor público, que alcançou a marca de aproximadamente um trilhão e oitocentos bilhões de reais em 2015 e mantém-se a frente do setor privado até hoje. Com o reflexo das recentes crises, o setor público foi o mais afetado e tem sofrido um declínio maior nos últimos anos.

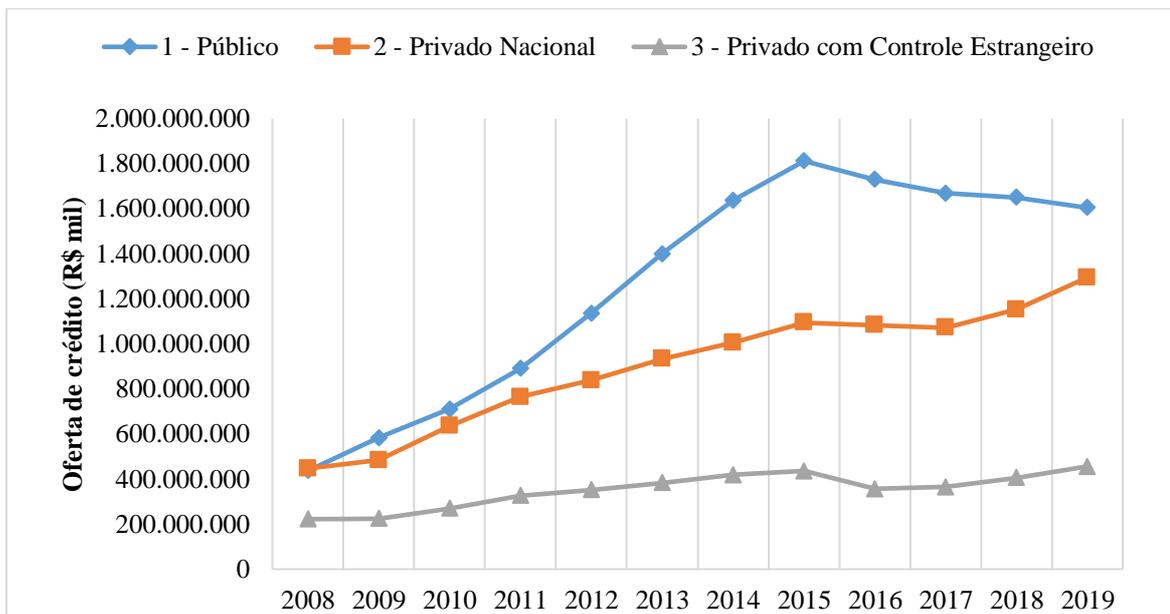


Gráfico 1 – Operações de crédito 2008-2019

Fonte: Elaborado pelo autor, dados IF.data BACEN (2019)

Analisando o Gráfico 2, nota-se que os dados sobre as operações de crédito analisadas entre os anos de 2008 e 2019 mostram que em média o setor público bancário controlou cerca de 50% da oferta de crédito do Sistema Bancário Brasileiro; acompanhado do setor privado nacional com cerca de 36% e do setor privado com controle estrangeiro com cerca de 14%.

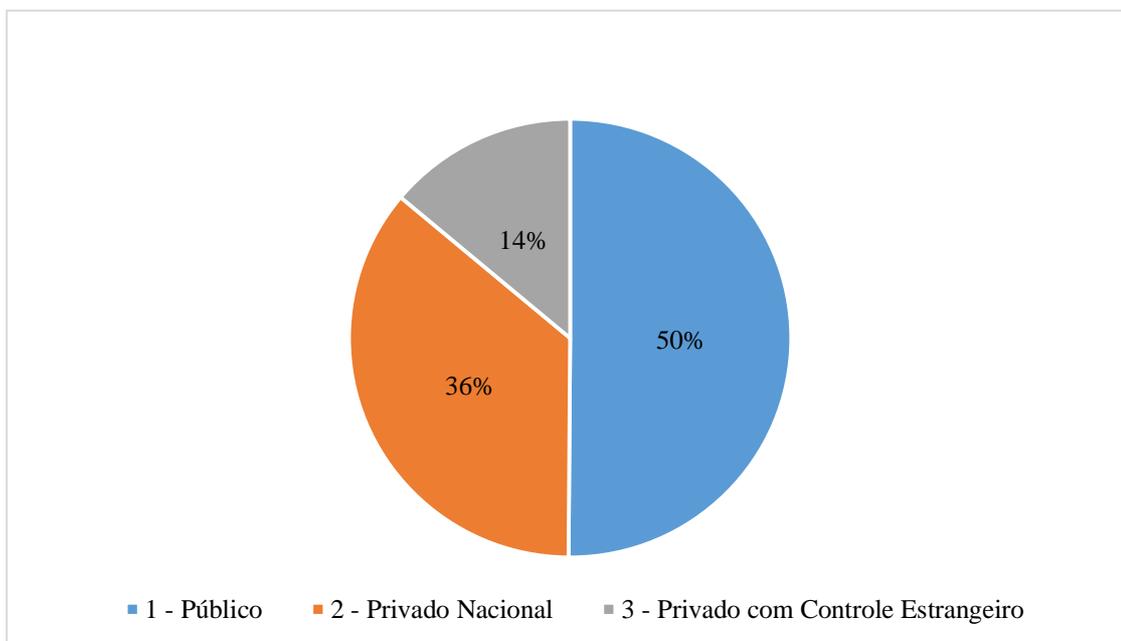


Gráfico 2 – Distribuição média das operações de crédito por Participação Percentual entre 2008 e 2019

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do BACEN (2019)

Comparando-se os bancos públicos em 2019 em relação a onze anos atrás houve um aumento de 8,35% na detenção da oferta de crédito por parte destes, enquanto o setor privado nacional apresentou uma queda de 1,85% na oferta de crédito e o setor privado estrangeiro uma queda de 6,5% (vide Gráfico 2).

Isso pode ser explicado pelo papel diferenciado que os bancos públicos cumprem ao atender diversas modalidades de crédito, levando à ampliação de crédito por parte dos demais bancos. A partir de 2008, os bancos públicos tiveram um papel contracíclico fundamental no contágio da crise financeira sobre a economia brasileira, tanto o crédito direcionado quanto a oferta de crédito dos bancos públicos cresceram bastante, atenuando a desaceleração no crédito dos bancos privados e no crédito livre (DE PAULA; OREIRO e BASILIO, 2013).

2.2 A Concentração Bancária no Brasil

Conforme exposto na seção anterior, após a reestruturação do sistema bancário realizada na década de 60, consolidou-se o processo chamado de centralização, depois do período de fusões e aquisições e da criação da COFIE e PROER. A centralização bancária deu origem ao que chamamos hoje de concentração financeira, que se refere à distribuição do controle dos bancos sobre o volume total de depósitos, empréstimos, financiamentos, lucros ou qualquer outro indicador (KRETZER, 1996).

O fenômeno de centralização bancária remete à ideia de desaparecimento dos bancos; porém através das fusões e incorporações os bancos não encerram suas atividades, apenas passam a existir por meio de outra entidade jurídica sobre o controle de outro banco. A análise da concentração da atividade bancária pode ser medida por meio do “*Market Share*” alcançado por cada banco, ou seja, através da captação por depósitos, operações de crédito ou outro meio em que ele atua (KRETZER, 1996).

Após uma centralização já consolidada e um menor número de bancos no mercado, os bancos cresceram via transferências de recursos (depósitos à vista) e o foco deu-se pela abertura de novas agências de forma a ampliar a estrutura no mercado. Com o fim das receitas advindas do “*floating*” inflacionário, para promover uma reestruturação no setor, o foco se voltou para uma maior importância das receitas provenientes da oferta de crédito e serviços, forçando a

uma mudança estrutural voluntária dos bancos, moldando um novo desenho de mercado. Os bancos privados se adaptaram com maior flexibilidade às condições estáveis na economia, aprimorando tecnologias, processos de serviços e produção. Já os bancos estaduais obtiveram o mesmo feito, porém em uma transição mais lenta, como reflexo da desvantagem comparativa causada pelas amarras legais e políticas (FORTUNA, 2014).

Uma das ferramentas mais importantes para os bancos é a informação, visto que se deparam com a seleção adversa, isto é, conforme varia a taxa de juros dos empréstimos, os riscos de inadimplência aumentam, como nos casos de clientes já propensos ao risco. Segundo Ercolin (2009):

“em um ambiente onde as informações sobre os tomadores são de difícil acesso, pode-se gerar um processo conhecido como seleção adversa, tendo como consequência um cenário de crédito racionado” e como forma de “prevenção, poderiam elevar a taxa de juros, porém atrairiam também a gama de clientes propensos ao risco, elevando assim o risco do portfólio” (ERCOLIN, 2009, p. 54).

O fim das receitas advindas da inflação, pouco alterou a lucratividade bancária, pois o volume da oferta de crédito ampliou-se em todos os segmentos como veremos a seguir. O risco decorrente de uma operação de crédito pode levar um banco a alocar recursos em outras aplicações sem alterar significativamente seus lucros, além da possibilidade de se obter outras receitas advindas das tarifas e crescimento de oferta de serviços (LUF e ZILLI, 2013).

O mercado bancário envolve vários interesses econômicos, tanto no cenário macroeconômico, quanto no microeconômico. Sendo assim, a competição pode ser vista como algo desejável, implicando em um aumento na eficiência institucional, em menores custos para os clientes e melhoria na qualidade dos serviços financeiros ofertados. Paralelamente quanto maior a concentração bancária, se por um lado se pode obter ganhos significativos de escala, por outro lado isso poderá provocar uma oportunidade de abuso do poder econômico (DANTAS; MEDEIROS; PAULO, 2011).

Por meio da análise do grau de concentração bancária pode-se identificar a estrutura de mercado presente no setor (concorrência perfeita, concorrência monopolística, monopólio e oligopólio) e mensurar o exercício do poder de mercado.

De acordo com Resende (1992), o perfil da estrutura de mercado no setor bancário alterou-se de forma significativa, o que pode ser constatado com o aumento da concentração

bancária decorrido nos últimos anos. Muitos dos estudos acerca da estrutura de mercado desconsideram o caráter multidimensional da estrutura de mercado ressaltado por Porter (1980).

Ao relacionar os determinantes da concentração, Placone (1982) buscou avaliar as variáveis independentes considerando: leis referentes à liberdade para abertura de novas agências, número de associações de poupança e empréstimo, economia de escala, eficiência, renda *per capita* e densidade populacional. Para a política governamental um setor com grandes bancos seria mais eficiente, já que vigorariam as economias de escala, que é outro determinante da concentração bancária no Brasil. Em se tratando da taxa de inflação também como determinante, há uma correlação positiva entre inflação e tamanho do sistema (RESENDE, 1992).

Os processos de fusões e incorporações ocorrem no Brasil desde a metade do século XX, com isso, o sistema bancário vem sofrendo alterações e transformações na estrutura do Sistema Financeiro Nacional. A política governamental incentivava a concentração bancária através de medidas tais como o tabelamento de juros, a proibição da abertura de novas agências, a proibição de concessão de cartas-patentes, entre outras. Destaca-se como um dos incentivos a concentração a criação da Comissão de Fusões e Incorporações de Empresas (COFIE) em 1971 (KRETZER, 1996).

O tema concentração bancária pode ser analisado por diversos aspectos: o número de estabelecimentos bancários, a caracterização da estrutura do mercado bancário, o grau de concentração e até a performance dos bancos conjuntamente com sua eficiência. Marques (1985) analisou as razões pelas quais as políticas governamentais procuraram acelerar o processo de concentração do capital bancário, a partir de 1964.

O trabalho de Quintão (1987) procurou analisar a mudança da estrutura de despesas e receitas dos bancos classificados por tamanho e propriedade. Já Bain (1963), acentua que dentro da abordagem da Organização Industrial, é preciso, tentar encontrar outras forças que determinem os níveis de concentração com mais precisão.

Bain (1963) ressaltou que as firmas tendem a diversificar seu grau de concentração por razões diversas à redução de custo, sendo o aumento dos lucros o principal motivo. Segundo tal autor a fim de restringir a concorrência entre si as firmas adotam as chamadas fusões ou incorporações no intuito de alcançar uma situação de monopólio; as firmas podem ainda buscar a integração vertical para obter vantagens de produção de vendas em grande escala. No intuito

de proteger as firmas sobreviventes, deve-se haver barreiras de entrada em caso de conjunção oligopolista (BAIN, 1963).

Após a capitalização das instituições públicas e privadas, por meio de programas como o PROER e PROES, foi criado o PROEF (Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais), que procurou regulamentar os bancos federais a fim de fortalecê-los. Apesar dessa tentativa do governo federal em evitar a falência dos bancos foi inevitável que as grandes instituições absorvessem ou incorporassem outras menores (LUFT e ZILLI, 2013).

Com a evolução dos instrumentos financeiros, notadamente captação de recursos e cessão de crédito, ampliação do acesso aos mercados internacionais mediante as fusões e incorporações e, devido às condições macroeconômicas do Brasil naquele momento, comparativamente aos níveis estáveis de inflação e crescimento de países já desenvolvidos como EUA e parte do bloco do euro, a expansão da economia e o consequente aumento do volume de negócios fez com que algumas instituições nacionais se expandissem para outros países considerando-se a saturação do mercado local. Segundo Luft e Zilli (2013) esse movimento se realimenta; a busca da ampliação da base de clientes e de negócios, inerente à dinâmica concorrencial, aponta para uma contínua tendência de diminuição do número de instituições bancárias e do aumento da concentração.

O período após o Plano Real foi marcado pela predominância e pelo aumento da participação estrangeira no mercado de crédito brasileiro. Em 2005, a relação crédito/PIB situava-se em torno de 28,1%, desde então esse número vêm se elevando até atingir, em 2015, aproximadamente 53,7%, voltando a baixar para 47,4% em 2018 (BACEN, 2018).

Com o aumento da participação estrangeira, o mercado bancário conduziu os grandes bancos a instituírem filiais no Brasil, favorecendo uma grande concentração bancária cada vez mais elevada para produtos destinados à pessoa física. O crescimento do setor bancário aliado à tecnologia fez com os postos de atendimento aumentassem e, o aumento do investimento fez com que se ampliasse o acesso aos serviços, conquistando o mercado doméstico (LUFT; ZILLI, 2013).

Mediante a redução dos bancos públicos, as instituições financeiras estrangeiras a fim de diversificar suas fontes de receitas, ampliaram sua participação no volume de ativos, nos depósitos, nas operações de crédito e nas transações com o exterior. A entrada destes grandes bancos impôs aos bancos privados nacionais a necessidade da defesa de sua liderança e de seu poder de mercado. Neste contexto, com o intuito de se fortalecerem ao ponto de não serem

adquiridos por outras instituições, as grandes instituições financeiras privadas nacionais empreenderam um movimento de compra dos bancos estrangeiros que haviam ingressado no Brasil no período anterior (CINTRA, 2005).

As fusões e aquisições (F&A's) são parte importante na análise da concentração do setor bancário. Após os ajustes propostos pelo Acordo da Basileia e a implementação dos programas de reestruturação (PROER e PROES), o número de fusões e aquisições aumentou significativamente. Todo o processo consolidou o setor, reduzindo o número de bancos e aumentando a concentração.

As fusões são operações em que duas ou mais empresas se fundem, podendo resultar em uma união operacional. Neste processo apenas uma delas mantém a identidade jurídica ou, ocorre a criação de uma nova instituição. Já o processo de aquisições, são operações que modificam a estrutura societária de uma ou mais empresas (FRANCO e CAMARGOS, 2011).

Segundo Franco e Camargos (2011) a motivação para as F&A's está fundamentada na perspectiva neoclássica da maximização de riqueza, onde os gestores são induzidos pelo mercado a maximizar o lucro dos acionistas. O fim dos ganhos inflacionários fez com que a economia se estabilizasse, permitindo a abertura ao comércio externo e gerando estímulos aos processos de F&A's, principalmente após o surgimento dos chamados bancos múltiplos, que trouxeram uma visão de eficiência no setor.

No Quadro 1, estão listadas as principais fusões, aquisições e incorporações dos cinco maiores bancos do setor bancário brasileiro entre os anos de 2008 e 2019.

Quadro 1 – Fusões, Incorporações e Aquisições dos cinco principais bancos brasileiros entre 2008-2019

Comprador	Comprado	Tipo	Ano
Itaú	Unibanco	Fusão	2008
Banco do Brasil	Banco do Estado de Santa Catarina	Aquisição	2008
Banco do Brasil	Banco do Estado do Piauí	Incorporação	2008
Santander	ABN Amro Real	Aquisição	2008
Banco do Brasil	Nossa Caixa	Incorporação	2009
Banco do Brasil	Banco Votorantim	Aquisição	2009
Bradesco	Banco Ibi	Aquisição	2009

Banco do Brasil	Banco Patagonia	Aquisição	2010
Banco do Brasil	Banco Postal	Fusão	2011
Bradesco	Banco do Estado do Rio de Janeiro	Aquisição	2011
Banco do Brasil	Eurobank	Aquisição	2012
Itaú	Credicard	Aquisição	2013
Itaú Chile	CorpBanca	Fusão	2014
Santander	Banco Bonsucesso	Aquisição	2014
Itaú-Unibanco	Banco BTG Pactual	Aquisição	2015
Bradesco	HSBC	Incorporação	2015
Itaú-Unibanco	Citibank	Aquisição	2016
Itaú-Unibanco	XP Investimentos	Aquisição	2017

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do BACEN (2008-2019)

Como se observa no Quadro 1, durante o período analisado destacam-se grandes fusões e aquisições como a fusão entre Itaú e Unibanco² em 2008 levando a criação do maior banco privado do Brasil; a aquisição do ABN Amro Real pelo Santander também em 2008 que é considerada a maior operação do setor bancário mundial, movimentando cerca de 71 bilhões de euros; e a aquisição do HSBC pelo Bradesco em 2016 concluída por 17,6 bilhões de reais (ESPERANÇA, 2017).

Segundo Smaniotto e Alves (2016), alguns dos exemplos de fusões e aquisições mostram como a concorrência do setor bancário mudou significativamente, reduzindo a concorrência no setor. Com menos bancos no mercado, as fusões e aquisições alavancaram o poder de mercado dos grandes bancos, aumentando sua abrangência na indústria bancária.

Nesse contexto, a estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN) se alterou significativamente nos últimos onze anos, no que tange à quantidade de instituições em operação e ao volume de operações realizadas. Em dezembro de 2018, o Sistema Financeiro Nacional era composto por 1.677 instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

² O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, em 18 de Agosto de 2010, a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco, depois de ter passado pela Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda), SDE (Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça) e Banco Central. O acordo havia sido anunciado em novembro de 2008. O plenário do órgão antitruste aprovou a operação sem impor nenhum tipo de restrição (FROUFE, 2010).

Brasil (BACEN). Uma redução de 30,78% comparativamente a 10 anos atrás, uma vez que em dezembro de 2008 registrava-se 2.423 instituições. Analisando-se a composição do sistema bancário conforme a Tabela 1 podemos observar que o número de instituições mostrou-se relativamente estável. Assim temos que entre os anos de 2008 e 2018 verificou-se uma redução de aproximadamente 5,49% no número de instituições do subtotal do consolidado bancário. Grande parte dessa redução decorreu da diminuição dos Bancos de Investimento (33,33%) (BACEN, 2018).

Tabela 1 – Evolução no quantitativo de instituições autorizadas

Segmento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Bancos Múltiplos	138	145	139	139	138	132	130	132	133	132	131
Bancos Comerciais	21	19	20	21	23	23	22	21	21	21	20
Bancos de Desenvolvimento	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Caixa Econômica Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Bancos de Investimento	18	16	15	14	14	14	14	13	14	13	12
Bancos de Câmbio	0	0	2	2	2	3	3	3	3	3	4
Subtotal do cons. bancário	182	185	181	181	182	177	174	174	176	174	172
Outras instituições de crédito não bancárias	174	175	175	171	164	160	154	152	145	144	141
Não-bancário e cooperativas de crédito	1636	1591	1552	1499	1433	1369	1317	1265	1223	1167	1118
Intermediação	288	281	278	276	270	271	266	252	243	231	225
Instituições de pagamento	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	10
Administradoras de consórcio	317	309	301	284	222	199	186	172	166	156	152
Universo supervisionado não-bancário	2241	2181	2131	2059	1925	1839	1769	1689	1633	1560	1505
Total	2423	2366	2312	2240	2107	2016	1943	1863	1809	1734	1677

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do BACEN (2008-2018)

Notas: **Outras instituições de crédito não bancárias:** Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, Sociedade de Arrendamento Mercantil, Sociedade de Crédito Imobiliário (Inclui sociedades de crédito imobiliário (Repassadoras / SCIR), que não podem captar recursos junto ao público) e Associação de Poupança e Empréstimo, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte, Agência de Fomento, Companhia Hipotecária e Sociedade de Crédito Direto. **Não-bancário e cooperativas de crédito:** Cooperativa de Crédito. **Intermediação:** Sociedade Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Sociedade Corretora de Câmbio Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. **Instituições de pagamento:** Instituição de Pagamento. **Administradoras de consórcio:** Sociedade Administradora de Consórcio.

A redução do número de instituições está associada ao movimento do próprio mercado; as instituições devem obter maiores ganhos de escala e racionalização ou saem do mercado por falta de competitividade. Dos 172 bancos autorizados a funcionar, 131 são bancos múltiplos com carteira comercial, representando a maior parte das instituições bancárias, isso por terem uma maior diversidade de produtos e serviços e pela flexibilidade na área de atuação (BACEN, 2018).

No ponto de vista geográfico, observa-se na Tabela 2 que o setor bancário possui uma alta concentração geográfica, devido a fatores como renda, mão de obra especializada e montante de capital dos clientes. Assim as regiões Sudeste e Sul chegam a deter 92% das sedes das instituições bancárias.

Tabela 2 - Evolução da rede de atendimento, 2013-2018

Região	Total de municípios	Dez/2013		Dez/2018	
		Com agência	% sem agência	Com agência	% sem agência
Nordeste	1794	947	47%	841	53%
Norte	450	246	45%	256	43%
Centro-oeste	487	324	33%	309	37%
Sudeste	1668	1288	23%	1160	30%
Sul	1191	882	26%	799	33%
Total	5590	3687	34%	3365	40%

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do BACEN (2018)

Analisando-se os anos entre 2013 e 2018 na Tabela 2, percebe-se uma diminuição no número de agências em quase todas as regiões, com exceção da região Norte, refletindo no aumento da proporção de 34,0% para 39,8% do total de municípios do país desprovidos de agências bancárias. Nas regiões Sul e Sudeste o motivo para o aumento dos municípios sem atendimento bancário decorre principalmente do avanço tecnológico e das mudanças de hábitos dos clientes mediante as inovações de atendimento e pagamentos.

Considerando-se o tipo de controle das instituições, conforme a Tabela 3, em dezembro de 2018 89% das instituições estavam sob controle privado nacional, o que representava 44% dos ativos totais do sistema e mais de 61% do total do patrimônio líquido.

Tabela 3 - Participação relativa por tipo de segmento e controle – dezembro/2018

	Tipo de Controle			Total
	Público	Privado Nacional	Privado Estrangeiro	
Quantidade	34	1341	130	1505
Part. no SFN (%)	2,26%	89,10%	8,64%	100%
Ativo Total (R\$)	3.690.460.099	4.155.325.165	1.506.544.694	9.352.329.957
Part. no SFN (%)	39,46%	44,43%	16,11%	100%
P. Líquido	247.487.976	645.935.251	162.761.525	1.056.184.752
Part. no SFN (%)	23,43%	61,16%	15,41%	100%
Quant. Agências	9.415	9.472	3.130	22.017
Part. no SFN (%)	42,76%	43,02%	14,22%	100%
Postos de Atend.	2.126	7.798	1.336	11.260
Part. no SFN (%)	18,88%	69,25%	11,87%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, dados do BACEN (2018)

Ademais, ainda segundo a Tabela 3, nota-se que os bancos sob o controle público detinham quase 40% dos ativos totais e 23,43% do patrimônio líquido, enquanto, por outro lado, representavam apenas 2,26% do total de instituições no sistema. O número de instituições restantes, sob controle do capital estrangeiro correspondiam à 130, concentrando cerca de 16% dos ativos totais e cerca de 15% do patrimônio líquido.

Segundo dados do Banco Central (2018) as instituições financeiras nacionais possuem alto grau de internacionalização uma vez que são registrados 31 bancos nacionais com atuação em outros países. Neste contexto destacam-se o Banco do Brasil, o Itaú Unibanco, o Bradesco e o BTG Pactual.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4, percebe-se a evolução no grau de concentração no sistema bancário brasileiro nos últimos anos ao analisar o *Market Share* dos ativos totais, uma variável que se relaciona com as receitas dos bancos. O *Market Share* é uma porcentagem que corresponde à relevância da instituição diante dos concorrentes, podendo representar o valor ou até um poder de mercado de algum banco; o índice é calculado pela razão entre o ativo total do banco e o ativo total do SFN.

Tabela 4 – Evolução do *Market Share* 2008-2019

	BB	Itaú	Bradesco	Caixa	Santander	Outros	Total
2008	15,4%	19,1%	12,0%	9,0%	10,4%	34,1%	100%
2009	18,3%	16,4%	12,4%	9,6%	9,4%	34,0%	100%
2010	16,8%	16,6%	13,0%	9,3%	8,7%	35,7%	100%
2011	17,4%	16,1%	13,1%	10,1%	8,5%	34,9%	100%
2012	17,4%	16,1%	12,8%	11,9%	7,8%	34,1%	100%
2013	18,0%	15,8%	11,9%	13,2%	7,6%	33,6%	100%
2014	17,3%	15,0%	11,9%	14,3%	8,0%	33,4%	100%
2015	16,9%	15,6%	11,0%	14,6%	8,3%	33,7%	100%
2016	17,0%	16,1%	13,1%	15,2%	8,5%	30,0%	100%
2017	16,1%	16,3%	12,4%	14,9%	8,0%	32,3%	100%
2018	15,6%	16,5%	12,5%	13,9%	8,7%	32,8%	100%
2019	15,6%	16,6%	12,1%	13,7%	9,0%	33,1%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, dados IF.DATA Banco Central (2019)

Apesar dos resultados se manterem com poucas variações nos últimos anos, ao analisar-se a participação dos cinco maiores bancos em ativos percebe-se um alto grau de participação nos ativos totais do SFN. Juntos representam cerca de dois terços dos ativos do SFN.

O Gráfico 3 a seguir mostra a relação percentual da variável lucro líquido ao analisarmos todo o sistema bancário referente ao ano de 2019 dos cinco maiores bancos atuais no Brasil. Percebe-se uma grande concentração nos cinco maiores bancos na participação de mercado (*Market Share*), onde o Banco Itaú lidera os números com 17% do mercado, seguido da Caixa Econômica Federal e Bradesco com 14%, Banco do Brasil com 13%, Santander com 9%.

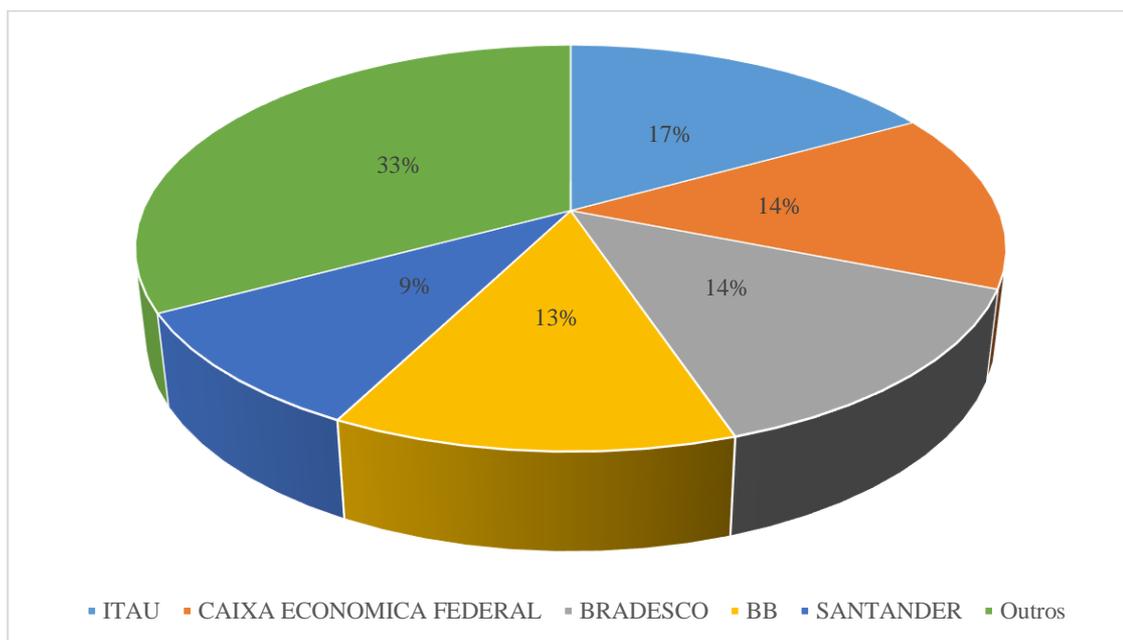


Gráfico 3 - Lucro Líquido dos Bancos em 2019

Fonte: Elaborado pelo autor, dados IF.DATA Banco Central (2019)

Nesse contexto, segundo Kretzer (1996) o uso da variável *Market Share* mostra-se adequado para expressar o comportamento da indústria bancária na sua captação de recursos. Tal medida pode ser utilizada para que sejam definidos índices de concentração. Em resumo, a regulação governamental continua sendo um fator predominante na definição do perfil do setor bancário brasileiro. Desde as rígidas reformas institucionais ocorridas em 1964/65 que formaram grandes conglomerados financeiros a atividade bancária passou a funcionar em torno do sistema de bancos múltiplos, regularizada em 1988 com o propósito de permitir a redução do risco de falência no segmento. Com a COFIE estimulando o processo de fusões e incorporações aumentou o processo de centralização e concentração do setor bancário. Todo

esse processo de concentração contribuiu para uma baixa competitividade, somada à uma refração da livre concorrência em virtude das rigorosas barreiras de entrada impostas.

Com a queda dos índices inflacionários advindos do Plano Real os bancos perderam receitas com o fim do chamado “*floating*” (ganho inflacionário). Os ganhos com o “*floating*” eram obtidos através da manutenção no passivo dos bancos de saldos não-remunerados aos clientes mas que rendiam ao banco a correção monetária. O fim desse mecanismo fez com que os bancos procurassem se adaptar ao novo ambiente macroeconômico (FORTUNA, 2014).

Inicialmente, os bancos procuram ajustar-se por meio do aumento da oferta de crédito. Porém, com a perspectiva de uma crise bancária em 1995, o setor iniciou uma reestruturação através da internacionalização, da recuperação do setor e da adoção das regras propostas no Acordo da Basileia. Assim, a solução para a crise bancária de 1995 deu-se pela imposição de uma política de concentração bancária incentivada principalmente por programas do governo federal de fusões e incorporações tal como o PROER. A liberalização do mercado facilitando a entrada do capital estrangeiro, também foi uma tentativa de capitalização seguindo os padrões do Acordo de Basileia (ESPERANÇA, 2017).

Após a metade da década de 90, as fusões e aquisições na América Latina quase duplicaram, passando de US\$ 36,5 bilhões, em 1996 para cerca de US\$ 70 bilhões em 1997. O movimento de fusões e incorporações foi responsável por aproximadamente 35% de todos os negócios do segmento bancário na América Latina em 1999. Apenas os bancos de investimento mais flexíveis, que procuraram atuar em operações de securitização de dívidas ou finanças empresariais, sobreviveram. Com a crescente concorrência no setor, os bancos de investimento procuraram buscar inovações em suas áreas de atuação, passando a fornecer emissão de títulos financeiros no exterior, crédito para grandes empresas, etc. O foco foi dado às áreas em que tivessem um maior domínio (DA COSTA; MARINHO; MATTEDI, 1999).

2.3 Análise de Mercado e Índices e Concentração

Este subcapítulo foi dividido em 3 partes, a saber: num primeiro flanco é apresentado o referencial teórico microeconômico, no intuito de compreender as características pertinentes ao setor bancário. O objetivo desta parte é discutir as estruturas de mercado do setor bancário através dos modelos de análise tradicionais. Num segundo momento, serão discutidos os índices

para mensuração do grau de concentração e suas propriedades. Por fim, a seção encerra abordando algumas hipóteses que implicam no poder de mercado do setor bancário e o que este poder confere aos bancos.

O setor bancário passou por várias mudanças no decorrer das últimas décadas, alterando suas áreas de atuação e tendo mudado sua estrutura de mercado. Com a estruturação do oligopólio no sistema bancário todo o processo de concorrência se alterou. Com a baixa concorrência no mercado a oferta de crédito e serviços é relativamente menor e as taxas mais altas. Neste tipo de mercados as empresas geram lucros extraordinários e a presença de barreiras à entrada torna difícil a entrada de novos concorrentes. Poucas empresas disputam espaço pela preferência do consumidor fazendo com que em geral os preços sejam maiores do que em um mercado competitivo. A complexidade existente na administração de empresas oligopolistas considera vários fatores nas tomadas de decisões. A empresa deve considerar as reações da concorrência em suas decisões, envolvendo assim, um processo dinâmico e evolutivo ao longo do tempo, com decisões racionais e estratégicas (PINDYCK e RUBINFELD, 1999).

De um ponto de vista mais conceitual, nota-se que em um mercado oligopolista o produto pode ser homogêneo ou diferenciado e apenas algumas empresas são responsáveis pelo abastecimento do mercado (PINDYCK e RUBINFELD, 1999). Nesse contexto, as empresas determinam seus preços ou volume de produção, ou ambos, considerando o comportamento de seus concorrentes. Ao procurar um equilíbrio de mercado cada empresa irá desejar fazer o melhor para si mesmo dado o comportamento dos concorrentes. Um equilíbrio desse tipo pode ser definido como um equilíbrio de Nash³.

O Modelo de Cournot, criado pelo economista francês Augustin Cournot, em 1838, é uma das ferramentas analíticas usadas neste contexto, pressupondo produtos homogêneos e que o produtor conheça a demanda do mercado. Cada empresa deverá decidir sua produção sendo que essa decisão deve ser tomada simultaneamente pelas empresas participantes do mercado (PINDYCK e RUBINFELD, 1999).

No modelo de Cournot, cada empresa maximiza seus lucros de acordo com suas expectativas sobre a escolha de produção da concorrente. Essas expectativas são confirmadas

³ O Equilíbrio de Nash considera um sistema estável de competição onde nenhum jogador tem a ganhar mudando sua estratégia unilateralmente. Assim, nenhum participante conseguirá escolher uma estratégia vencedora se os outros participantes mantiverem suas escolhas iniciais fixas.

em equilíbrio: cada empresa escolhe de forma ótima fabricar a quantidade que a outra empresa espera que ela fabrique, fazendo com que o preço dependa da quantidade total produzida de ambas empresas. O modelo de Cournot assume que cada empresa considera fixo o nível de produção de sua concorrente, para assim tomar sua decisão de quanto irá produzir (VARIAN, 2015).

Pode-se dizer que a quantidade que irá maximizar os lucros de uma determinada empresa é uma função decrescente de quanto ela acredita que a sua concorrente irá produzir. Podemos chamar essa projeção de curva de reação e é através desta que se pode estimar a quantidade produzida que irá maximizar o lucro de cada firma participante. Se adotarmos custos marginais iguais teremos curvas de reação também iguais; custos marginais diferentes proporcionarão curvas de reação diferentes (PINDYCK e RUBINFELD, 1999).

O equilíbrio de Cournot é simplesmente o par de produções no qual as duas curvas de reação se cruzam. Em tal ponto, cada empresa está produzindo um nível de produção que maximiza o lucro, dada a escolha de produção da outra empresa. O equilíbrio é um exemplo de onde cada um dos duopolistas produzirá uma quantidade que maximize seus lucros dada a quantidade que está sendo produzida por sua concorrente. Mas se houver um grande número de empresas, a influência de cada uma no mercado será desprezível e o equilíbrio será efetivamente o mesmo que seria na concorrência pura (VARIAN, 2015). O modelo de Stackelberg, parte do pressuposto de que uma determinada empresa determina seu nível de produção antes da sua concorrente. Ao determinar seu nível de produção primeiro a empresa deverá considerar como o concorrente reagirá. A última empresa que decidir o quanto produzir terá como fator condicionante a produção de sua rival, portanto, ela produzirá a quantidade estimada pela curva de reação de Cournot. A concorrente a fim de maximizar seus lucros deverá assumir um nível de produção fixo devendo produzir abaixo da primeira firma. Observa-se então uma vantagem em ser a primeira firma a definir o nível de produção (PINDYCK e RUBINFELD, 1999).

Outra abordagem é pensar que as empresas fixem os preços e deixem o mercado determinar a quantidade vendida. Esse modelo é chamado de Bertrand, desenvolvido por Joseph Bertrand em 1883, que assume que as empresas concorrem por meio de preços. Assim estuda a concorrência de preços considerando tanto mercadorias homogêneas ou que tenham algum grau de diferenciação. Com relação às mercadorias homogêneas, a lógica é a mesma do modelo de Cournot; tem-se o equilíbrio competitivo, em que o preço se iguala ao custo marginal (VARIAN, 2015).

Dado uma mercadoria homogênea, será escolhida pelo consumidor aquela que tiver o menor preço, mas se ambas mercadorias estiverem com o mesmo preço os consumidores se mostrarão indiferentes em sua escolha. Assim podemos dizer que cada uma das ofertantes está abastecendo metade do mercado. Ao analisar a competição de ambas empresas pode haver um incentivo à redução de preços, de modo que ambas empresas igualem seus preços ao custo marginal. Considerada a hipótese do preço igual ao custo marginal ambas empresas estariam auferindo lucro zero. Verifica-se que há um equilíbrio de Nash quando uma empresa não consegue aumentar seu preço e perde mercado para a concorrente ou quando uma empresa não consegue reduzir seu preço abaixo do custo marginal, o que resultaria em prejuízo (PINDYCK; RUBINFELD, 1999).

O modelo de Bertrand é mais questionado ao se analisar a produção de uma mercadoria homogênea uma vez que seria mais natural assumir que a concorrência se desse por meio da determinação de quantidades e não de preços. No caso da concorrência de preços com produtos diferenciados, não é só o preço que determina as frações do mercado, a qualidade, o desempenho e as diferenças são fatores chave na concorrência. Neste caso, ao vender um produto diferenciado, a demanda de cada empresa dependerá de seu próprio preço e do preço de seu concorrente. Assim como em Cournot, ambas empresas definem o preço simultaneamente pressupondo fixo o preço da concorrente (PINDYCK; RUBINFELD, 1999).

Nesse contexto a curva de reação do banco 1 apresentaria o preço que maximizaria os lucros em função do preço determinado pelo concorrente (banco 2). Assim, o equilíbrio de Nash é encontrado na interseção das duas curvas de reação. Se os bancos entrarem em conluio ambos adotarão o mesmo preço de modo a que os lucros sejam maximizados em conjunto (PINDYCK; RUBINFELD, 1999). Considerando o modelo de Stackelberg se o banco 1 fixar primeiro seu preço ele estará em desvantagem, pois o banco 2 poderá reduzir seu preço e obter assim uma maior parcela do mercado.

Uma pesquisa realizada por Melo, Filho e Forte (2014) apontou que as barreiras de mercado são os principais entraves enfrentados pelos bancos estrangeiros. Para o mercado, informações sobre as barreiras de entrada tornam-se ferramentas que ajudam a aprimorar as estratégias e reduzir os efeitos da concorrência. Além dos aspectos concorrenciais, a maturidade estratégica das empresas líderes (envolvendo técnicas de produção e economias de escala) e a inovação compõem barreiras que protegem o mercado interno. Neste caso, os bancos

brasileiros, se tornam cada vez mais fortes e experientes, criando barreiras cada vez mais difíceis de serem superadas por um banco estrangeiro.

A pesquisa também mostrou que a maioria das barreiras de entrada se concentra principalmente em duas variáveis de mercado: (1) economias de escala e de produtos, (2) diferenciação. Também são citadas outras variáveis de cunho não mercadológico como a possibilidade de se formar alianças estratégicas (MELO; FILHO; FORTE, 2014).

Short (1979) apresentou um dos primeiros estudos que analisou a relação entre taxas de lucro e concentração do mercado bancário considerando 60 bancos presentes no Canadá, Japão e países do oeste europeu. Encontrou evidências de que quanto maior a concentração bancária maior a lucratividade.

Seguindo nessa linha procurar-se-á avaliar o grau de concentração do mercado considerando os maiores bancos atualmente no Brasil. Considera-se que quanto maior a concentração maior a possibilidade de se exercer o poder de mercado em detrimento do consumidor. Nesse contexto, serão calculados índices para as seguintes variáveis: ativos totais, depósitos totais, operações de crédito e patrimônio líquido. Por outro lado serão calculados os seguintes índices: A Razão de Concentração das k maiores firmas (CR k), Índice *Herfindahl-Hirschman* (HHI) e Índice de Entropia de Theil (ET).

Segundo Braga e Mascolo (1982) a necessidade de se utilizar diferentes medidas de concentração no contexto da economia industrial decorre do fato de que a teoria não apresenta componentes conclusivos para nortear a escolha entre os distintos índices; o uso de diferentes variáveis para mensuração pode resultar em resultados distintos, portanto, são necessárias medidas complementares tais como análises de contestabilidade, medidas de graus de eficiência e da qualidade da regulação.

Para Lima (2001) os indicadores de concentração sinalizam como se dá a estrutura de mercado de concorrência em determinada indústria e qual é o ambiente em que é determinada a conduta e o desempenho das firmas. Para o cálculo da razão de concentração e dos demais índices assumimos que a parcela de mercado de cada empresa é definida por:

$$S_i = \frac{X_i}{\sum_{i=1}^n X_i} \quad (1)$$

Onde X_i representa a parcela de mercado da firma i , i varia de 1 a n e n representa o total de instituições no mercado.

A Razão de Concentração das k maiores firmas (CR_k) mede a razão de concentração dos k maiores bancos no total consolidado do setor. Nesse caso k corresponde ao número de bancos a serem analisados. Assim todas as demais instituições não entram no cálculo desta razão. O resultado da razão situa-se entre zero e um, onde um resultado próximo de zero indica que o mercado organiza-se como concorrência perfeita enquanto que quando o índice tende a um observa-se uma situação de monopólio. Assim quanto maior o valor do índice, maior a concentração de mercado dos k maiores bancos (ARAÚJO; NETO e PONCE, 2006). Temos assim que a CR_k é dada por:

$$CR_K = \sum_{i=1}^k S_i \quad (2)$$

Onde k corresponde ao número de bancos considerados para efeito do cálculo e S_i a parcela de mercado de cada banco conforme a equação (1) indica.

Note-se que a razão de concentração ignora a presença dos bancos pequenos no sistema, portanto as fusões e aquisições ocorridas entre estes não alteram o índice caso estejam rankeados abaixo da k -ésima posição. Segundo Kon (1999) outra limitação deste índice é que o mesmo não considera o número total de firmas, além de não verificar alterações na participação das firmas ao longo do tempo.

A Razão de Concentração pode ser classificada conforme o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Grau de Concentração (CR_k)

Parcela de mercado das 4 maiores empresas	Parcela de mercado das 8 maiores empresas	Grau de Concentração
75% ou mais	90% ou mais	Muito elevado
65% - 75%	85% - 90%	Elevado
50% - 65%	70% - 85%	Moderadamente elevado
35% - 50%	45% - 70%	Moderadamente baixo
35% ou menos	45% ou menos	Baixo

Fonte: Adaptado de Bain (1968)

O Índice de *Herfindahl-Hirschman* (HHI), elaborado por Albert Hirschman em 1945 e retomado por Orris Herfindahl em 1950, foi desenvolvido inicialmente no intuito de compreender o nível de concentração do comércio e da indústria nos Estados Unidos.

O índice HHI é dividido pela soma dos quadrados da participação de cada empresa em relação ao tamanho total da indústria e é calculado tendo como base todas as n instituições do mercado. O índice HHI atribui maior peso as empresas com maior participação sendo que as empresas menores contribuem menos que proporcionalmente para o valor do índice, dado que em seu cálculo a participação é elevada ao quadrado (KON, 1999).

$$HHI = \sum_{i=1}^k S_i^2 \quad (3)$$

O valor do HHI varia entre $1/n$ e 1 ($1/n \leq HHI \leq 1$). Um valor do HHI próximo de $1/n$ indica um mercado que se organiza como concorrência perfeita (parcelas de mercado iguais) e um valor do HHI próximo de 1 indica um mercado que se organiza como um monopólio (RESENDE; BOFF, 2011). O Quadro 3 indica as classificações de mercado para os distintos valores do HHI:

Quadro 3 – Níveis de Concentração HHI

HHI	Nível de Concentração
$0 \leq HH < 0,100$	Baixa concentração
$0,100 \leq HH < 0,180$	Moderada concentração
$HH > 0,180$	Elevada concentração

Fonte: Elaborado pelo autor baseado no *Guia para Análise de Atos de Concentração*, divulgado pelo Comunicado 22.366, de 27 de abril de 2012.

Segundo Resende (1994), a entropia de Theil (ET) pode ser considerada uma medida inversa de concentração se comparada ao (CR_k) e ao HHI, isto é, quanto maior (menor) o valor de ET menos (mais) concentrada será a indústria. O Índice de Entropia de Theil (ET) possibilita

a comparação do grau de concentração em diferentes períodos. Seu intervalo é medido entre $0 \leq ET \leq \ln(n)$, sendo que seu limite inferior (0), representa concentração máxima (monopólio).

Normalizando o ET para que sua amplitude de variação e seu valor máximo se iguale a 1 temos $0 \leq T \leq 1$ com o limite superior igual a 1 indicando concorrência perfeita. É importante notar que quanto maior o índice, maior o nível de competição (RESENDE; BOFF, 2011).

$$T = \frac{1}{\ln(n)} \sum_{i=1}^{i=n} S_i \ln(S_i) \quad (4)$$

Segundo D'Oliveira (2014), na literatura existe uma hipótese chamada hipótese estrutura-conduta-desempenho (*structure-conduct-performance*, SCP) que explica a relação entre eficiência, rentabilidade e concentração de mercado. A hipótese defende que a concentração de mercado leva os bancos a exercerem comportamentos não competitivos, através da cobrança de taxas mais elevadas em seus empréstimos e pagando taxas mais baixas sobre os depósitos, obtendo lucros às custas do bem-estar dos consumidores. Em uma versão mais restritiva, a hipótese de poder de mercado relativo (*Market Power Hypothesis*, MPH), afirma que apenas as empresas com grande poder de mercado e produtoras de produtos bem diferenciados são capazes de exercer esse comportamento.

A medida de poder de mercado conhecida como Índice de Lerner, elaborada em 1934, indica que o grau de competição de um mercado pode ser mensurado pela diferença entre o preço e o custo marginal de seus produtos. Porém, a falta de dados sobre os custos e preços dos produtos oferecidos pelos bancos dificultam o cálculo deste índice para se compreender o ambiente competitivo. Por isso a melhor alternativa para se compreender o modelo de Estrutura-Conduta-Desempenho conforme aponta DA SILVA (2016) é utilizar o (CR_k), o HHI e ET como os indicadores de competição a serem discutidos na sequência desse estudo.

Segundo Tonooka e Koyama (2003) o poder de mercado, medido pelos índices de concentração e pela participação de mercado, não é um fator que influencia as taxas de empréstimos bancários; tais índices são medidas imperfeitas de poder de mercado. Para se medir o poder de mercado no setor bancário brasileiro, Nakane (2002) utiliza a metodologia desenvolvida por Bresnahan (1982) e por Lau (1982), que propuseram uma medida de

competição baseada na elasticidade do produto de toda a indústria em relação às mudanças no produto de participantes individuais.

Segundo esta metodologia, a inclusão na equação de demanda por empréstimos de um termo de interação entre a taxa de juros de empréstimo e fatores que deslocam a demanda permite identificar o parâmetro associado ao poder de mercado. Para identificar o poder de mercado, analisa-se a significância do termo que rotaciona a curva de demanda. Por exemplo, se o coeficiente for igual à 0, a indústria bancária será perfeitamente competitiva, mas se o coeficiente for unitário, a indústria se comportará como um cartel (NAKANE, 2003).

Belaisch (2003) utiliza o método desenvolvido por Panzar e Rosse (1987) para avaliar o poder de mercado, propondo um modelo baseado na soma das elasticidades das receitas dos produtos em relação aos custos dos insumos. O poder de mercado é mensurado pelo grau em que alterações nos preços dos fatores (custos unitários) se refletem em receitas para os bancos (BELAISCH, 2003).

Nos estudos de Nakane (2002) e Belaisch (2003) ambas as metodologias apresentadas acima apresentam conclusões similares rejeitando a formação de cartel e rejeitando também que o mercado brasileiro opera em concorrência perfeita. Partindo-se dos resultados dos trabalhos de Nakane (2002) e Belaisch (2003) considera-se que a estrutura de mercado do setor bancário brasileiro caracteriza-se como sendo uma estrutura imperfeita. Porém, Nakane (2002) e Belaisch (2003), não identificaram qual modelo de concorrência imperfeita (Cournot, Bertrand, Stackelberg, diferenciação de produtos, etc.) seria mais adequada para explicar o mercado bancário no Brasil (NAKANE, 2003).

Na busca da identificação da estrutura de mercado imperfeito no Brasil, Petterini e Jorge Neto (2003), por meio da metodologia de Jaumandreu e Lorences (2002), utilizaram-se de um modelo que testasse soluções de equilíbrio de jogos utilizando três categorias: cartel/conluio, Bertrand e Bertrand por grupos⁴. Após a estimação dos modelos propostos Petterini e Jorge Neto (2003) concluíram que as soluções de conluio e Bertrand são rejeitadas quando contrapostas às demais soluções, sendo assim o modelo de Bertrand por grupos é o que se mostra mais adaptável ao setor bancário brasileiro. É interessante notar que o oligopólio de

⁴ Supõe-se que exista coordenação de taxas internamente ao grupo e que exista concorrência de taxas a “la” Bertrand entre os grupos.

Bertrand situa-se mais próximo do caso de concorrência perfeita no intuito de reduzir as perdas de bem-estar associadas com preços acima do custo marginal (NAKANE, 2003).

A partir dos resultados encontrados por Nakane (2002), Belaisch (2003), Petterini e Jorge Neto (2003), pode-se concluir que: a hipótese de que os bancos brasileiros comportam-se como um cartel/conluio é rejeitada e a hipótese da concorrência perfeita também é rejeitada. Conclui-se, portanto, que os bancos brasileiros operam por meio de estruturas de mercado que embora imperfeitas apresentam algum grau de concorrência (NAKANE, 2003).

3. METODOLOGIA E DADOS

Este capítulo visa descrever a metodologia adotada, assim como a fonte de dados, no intuito de mensurar a concentração do mercado bancário brasileiro no decorrer do período compreendido entre 2008 e 2019. São usadas variáveis dos relatórios e balanços trimestrais, convertidos em anuais, do setor bancário brasileiro compilados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) através de uma análise exploratória e, dados divulgados pelos principais e maiores bancos presentes em nosso país, com a coleta de balanços e resultados anuais para a construção de gráficos e tabelas com todos os índices de estrutura referentes ao tema.

Todos os dados foram retirados do IF.data, que se trata de um programa extrator de dados e informações divulgadas pelo Banco Central das instituições que autoriza a funcionar e que estejam em operação normal. Os dados selecionados são montados em uma planilha com os cálculos dos índices apresentados no capítulo anterior. Para categorizar os determinantes da rentabilidade bancária serão enfocadas nesse trabalho as variáveis referentes à estrutura da indústria tendo como objetivo medir o nível de concentração do mercado e o tipo de capital controlador. A escolha das variáveis deu-se de acordo com sua importância na constituição de uma empresa e representam a capacidade dos bancos gerarem lucro em seus negócios. São elas: ativos totais, patrimônio líquido, depósitos totais e operações de crédito. Note-se conforme ressalta Kon (1999) que para que se faça uma análise mais detalhada é necessário que sejam utilizadas diversas medidas complementares.

Assim os índices aqui utilizados foram: a Razão de Concentração dos cinco, dez e vinte maiores instituições bancárias brasileiras, o índice *Herfindahl-Hirschman* e o índice de Entropia de Theil, para comparar o grau de concentração em diferentes períodos.

Os dados do Sistema Financeiro Nacional (SFN) são classificados por Tipo de Consolidado Bancário ou:

- b1** - Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica;
- b2** - Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento ou Banco de Câmbio;
- b3S** - Cooperativa de Crédito Singulares;
- b3C** - Central e Confederação de Cooperativas de Crédito;
- b4** - Banco de Desenvolvimento;

- n1** - Não Bancário de Crédito;
- n2** - Não Bancário de Mercado de Capitais;
- n4** - Instituições de Pagamento;

Para o presente estudo, a partir dos dados do Sistema Financeiro Nacional (SFN) retirados do BACEN, foi elaborado através de uma filtragem, um “Sistema Financeiro Bancário” (SFB), onde foram incluídos apenas os tipos de consolidado: b1 (Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica), b2 (Banco Múltiplo sem Carteira Comercial ou Banco de Investimento ou Banco de Câmbio), e b4 (Banco de Desenvolvimento).

A metodologia de “filtragem” permite focar o estudo apenas nas instituições bancárias características e funcionais de um mercado bancário, excluindo Cooperativas, Instituições de Pagamento e setores não bancários dentro do SFN.

Considerando-se inicialmente os ativos totais verifica-se que as receitas e lucros advindas dos bancos são estritamente correlacionadas a esta categoria. É por meio dessa variável que se consegue medir o tamanho e a capacidade do banco gerar receitas. Os ativos totais vêm em crescente elevação em seus números nos últimos anos o que decorre do crescimento da política bancária e econômica do país e das inovações tecnológicas que facilitam a expansão e acesso aos bancos.

No que se refere à concentração, a evolução dos ativos dos maiores bancos evidenciou sua expansão. Nesse sentido, os ativos totais dos 5, 10 e 20 maiores bancos correspondiam a respectivamente 86,5%, 92,2% e 96,8% dos ativos totais do Sistema Financeiro Bancário no ano de 2019. Ao analisar a variável tamanho dos bancos no impacto sobre a lucratividade, Shehzadab, Haanacd e Scholtensa (2013) concluíram que os maiores bancos crescem mais lentamente e são mais rentáveis do que os bancos pequenos, apesar de que o crescimento e a rentabilidade são independentes uns dos outros. O tamanho dos bancos explica o efeito das economias ou deseconomias de escala no mercado.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O crescimento dos ativos totais reflete a evolução do sistema bancário no Brasil onde percebe-se uma modernização no setor aliado a novas tecnologias e a oferta de novos produtos e serviços, consolidando o sistema como um todo. A seguir a Tabela 5 apresenta os índices CR5, CR10, CR20, HHI, ET e número de bancos no SFB para a variável ativos totais.

Tabela 5 – Índices de concentração (Ativos Totais)

Ano	CR5	CR10	CR20	HHI (AT)	ET (AT)	Nº de Bancos
2008	0,67	0,85	0,92	0,11	2,76	136
2009	0,69	0,87	0,92	0,11	2,68	136
2010	0,69	0,87	0,93	0,11	2,68	137
2011	0,70	0,87	0,93	0,11	2,67	136
2012	0,72	0,87	0,93	0,11	2,64	138
2013	0,72	0,88	0,93	0,12	2,61	135
2014	0,72	0,88	0,93	0,12	2,61	136
2015	0,71	0,88	0,93	0,11	2,62	134
2016	0,74	0,89	0,94	0,12	2,54	134
2017	0,74	0,89	0,93	0,12	2,56	135
2018	0,72	0,87	0,93	0,12	2,62	135
2019	0,72	0,87	0,92	0,12	2,65	137

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Os dados apresentados na Tabela 5 indicam resultados de uma concentração elevada segundo o Quadro 2⁵ no setor bancário brasileiro ao analisar os cinco, dez e vinte maiores bancos e; percebe-se um ligeiro aumento na concentração medida pelo HHI representando uma concentração moderada segundo o Quadro 3. Por outro lado, o número de bancos mantém-se praticamente inalterado. Dentro de suas propriedades, os índices são altamente correlacionados, porém dada a limitação da razão de concentração, o índice HHI é considerado um indicador

⁵ Adaptado pelo autor.

mais consistente ao considerar todos os bancos e atribuir maior valor aos que possuem maior representatividade.

Os dados indicam ainda que a Razão de Concentração dos cinco maiores bancos (CR5) aumentou 4,67% no período analisado enquanto o CR10 apresentou um aumento de 1,44% e o CR20 um aumento de apenas 0,63%. Esses dados indicam que a concentração está aumentando a partir dos maiores bancos.

Analisando ainda a Razão de Concentração para os 20 maiores bancos verificamos uma acentuada concentração chegando em 2016 ao índice de 93,77, seu máximo no período analisado. Portanto, os resultados do aumento da concentração decorrem principalmente dos cinco maiores bancos ao representarem um peso maior.

O ano de 2008 pode ser considerado como um ano de consolidação na indústria bancária pós-crise. A partir de 2008 com as grandes fusões e incorporações por parte dos grandes bancos em especial, a fusão entre Itaú e Unibanco e aquisição do ABN Amro Real pelo Santander, consolidou-se um domínio de mercado por parte destes, incluindo ainda o Banco do Brasil, o Bradesco e a Caixa Econômica Federal, gerando uma forte concentração e barreiras de entrada nas mãos dos cinco maiores bancos.

Não pode se esquecer que um dos fatores que modifica os indicadores é a eficiência dos bancos, que investem em novos produtos e serviços. Bancos com um bom desempenho em reduzir seus custos obtêm maiores lucros e retorno, obtendo ganhos em eficiência de escala. Portanto, os bancos que são mais eficientes utilizam seus recursos com mais razoabilidade e prudência, alocando seus insumos em uma maneira mais apropriada a escala de produção (D'OLIVEIRA, 2014).

Ao analisar a evolução da razão de concentração (CR) dos cinco maiores bancos conjuntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nota-se que em 2019 eles detinham mais de 80% do total de ativos do Sistema Financeiro Bancário como mostra o Gráfico 4.

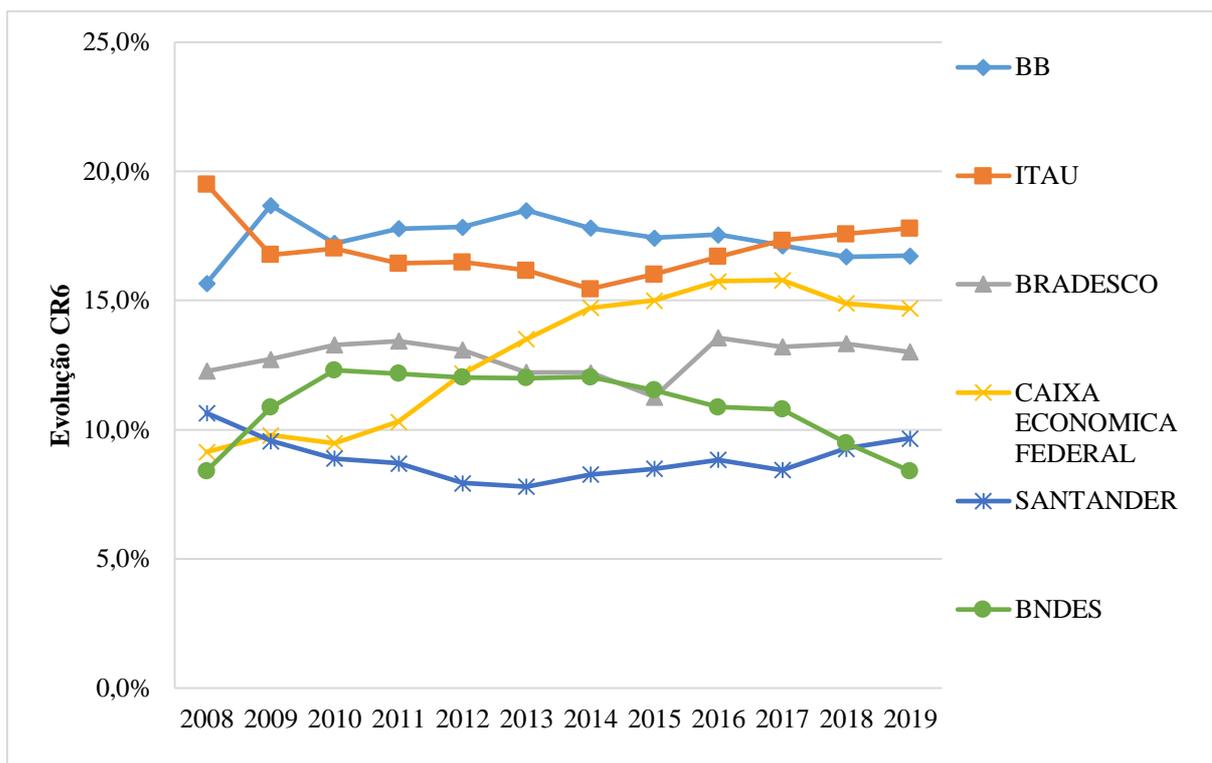


Gráfico 4 – Evolução do CR5 (Ativos totais)

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

A Caixa Econômica Federal foi o banco que mais aumentou sua participação no mercado até 2016 apresentando um crescimento total de 60,8% a partir de 2008. Grande parte desse resultado decorreu da ampliação de suas operações de varejo e empréstimos. A instituição possui papel importante nos financiamentos em habitação e infraestrutura, através de depósitos em poupança e FGTS.

Os bancos que reduziram suas participações nesse mesmo período foram Itaú com 8,7% e Santander⁶ com cerca de 9%. Os números de participação inicial do Itaú se dão devido ao fato da incorporação do Unibanco em 2008; o banco é atualmente o que representa a maior carteira de ativos totais entre todos os bancos brasileiros, somando mais de 1,5 trilhão de reais.

Com relação ao patrimônio líquido, verifica-se que este índice faz referência às contas que apontam o valor contábil de uma entidade. Para isso, leva em consideração capital social,

⁶ Vale destacar o Santander como único banco estrangeiro entre os maiores, trata-se de um caso particular. As condições de realizar pesados investimentos ao incorporar grandes instituições advêm de sua condição de grupo de grande dimensão a nível mundial, e também de sua opção pelo Brasil como uma de suas prioridades.

lucros acumulados, fluxo de caixa, entre outros. O patrimônio líquido representa os recursos dos acionistas para composição de atividades das instituições e também pode ser aplicado nas finanças pessoais e em aplicações em fundos de investimentos. Simplificando, ele é o resultado da diferença entre os valores do ativo e do passivo de uma entidade.

A relação entre o patrimônio líquido e o preço das ações é um bom indicador da capacidade dos bancos gerarem lucros no futuro. A tabela 6 a seguir apresenta os índices calculados do Sistema Financeiro Bancário para o período analisado referente a variável patrimônio líquido.

Tabela 6 – Índices de concentração (Patrimônio Líquido)

Ano	CR5	CR10	CR20	HHI (PL)	ET (PL)
2008	0,65	0,76	0,86	0,09	3,05
2009	0,69	0,80	0,88	0,11	2,90
2010	0,72	0,83	0,90	0,11	2,81
2011	0,70	0,81	0,88	0,10	2,87
2012	0,69	0,81	0,89	0,10	2,88
2013	0,68	0,81	0,89	0,10	2,88
2014	0,67	0,80	0,88	0,11	2,90
2015	0,67	0,80	0,88	0,11	2,89
2016	0,70	0,82	0,89	0,11	2,81
2017	0,70	0,82	0,89	0,11	2,81
2018	0,70	0,83	0,89	0,11	2,82
2019	0,69	0,82	0,89	0,11	2,85

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Os dados apresentados na Tabela 6 indicam resultados de uma concentração elevada ao analisar os cinco maiores bancos e moderadamente elevada ao analisar os dez e vinte maiores bancos no setor bancário brasileiro. Também apresenta um aumento na concentração medida pelo HHI representando uma concentração moderada. Os índices são altamente correlacionados e mostram que a concentração aumenta a partir dos maiores bancos.

Os dados indicam que a Razão de Concentração dos cinco maiores bancos (CR5), aumentou 4,54% no período analisado, enquanto o CR10 apresentou um aumento de 5,54% e o CR20 um aumento de 2,84%. Portanto assim como nos ativos totais, os resultados do aumento

da razão de concentração dos cinco maiores bancos, se mostra superior aos demais, demonstrando o poder de mercado que estes bancos podem alcançar, criando um sistema sólido em torno destes. Os cinco maiores bancos em conjunto com o BNDES detém juntos mais de 75% do patrimônio líquido do Sistema Financeiro Bancário.

Como se observa no Gráfico 5, entre 2008 e 2016, os índices de concentração (HHI) dos Ativos Totais, apresentaram um aumento, atingindo seu valor máximo em 2016 (0,1226), a partir daí iniciou-se uma queda atingindo 0,1161 em 2019. Analisando todo o período, houve um crescimento de 8,1% no HHI (Ativos Totais) elevando o grau de concentração. Os valores de HHI referentes ao Patrimônio Líquido, também apresentaram um aumento no índice, atingindo seu valor máximo em 2016 (0,1143), regredindo os valores até 0,1063 em 2019. Todo o crescimento de HHI (Patrimônio Líquido) foi de 14,3%, elevando o grau de concentração.

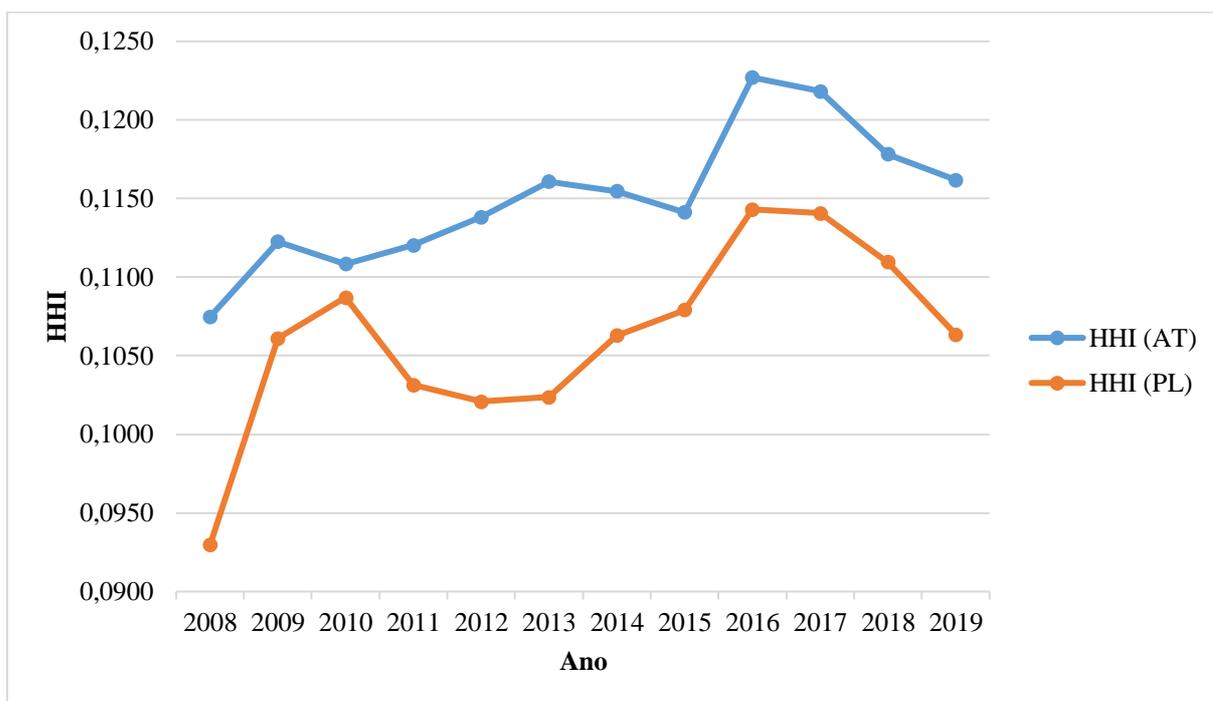


Gráfico 5 – Evolução do HHI (Ativos totais e Patrimônio Líquido)

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

De acordo com os níveis de concentração de HHI⁷ dispostos no Quadro 3, os valores obtidos acima de 0,1 indicam que o mercado brasileiro apresenta moderada concentração ($0,100 \leq \text{HHI} < 0,180$) no período para ambas as variáveis ativos totais e patrimônio líquido. Vale notar que no período compreendido entre 2015 e 2019 ocorreram atos de concentração relevantes tais como as aquisições do HSBC pelo Bradesco e, aquisição do Citibank e 49,9% das ações da XP pelo Itaú-Unibanco. Em 2016, devido ao alto nível de concentração, o Brasil figurou no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados, que inclui Austrália, Canadá, França, Holanda e Suécia (RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA, 2019).

Analisando o índice de Entropia de Theil, conforme o Gráfico 6, os resultados foram decrescentes até o ano de 2016 para a variável Ativos Totais, e decrescentes até 2010 para a variável Patrimônio Líquido, indicando alta concentração e baixa competitividade no mercado. Como o índice representa uma medida inversa à concentração, assim como na evolução do HHI, o índice obteve a mesma tendência. A partir de 2016, o índice ET (Ativos Totais) apresentou resultados crescentes chegando à 2,6506. Em suas variações, o índice ET (Ativos Totais) reduziu seu valor em 4%, enquanto ET (Patrimônio Líquido) reduziu 6,5% no período.

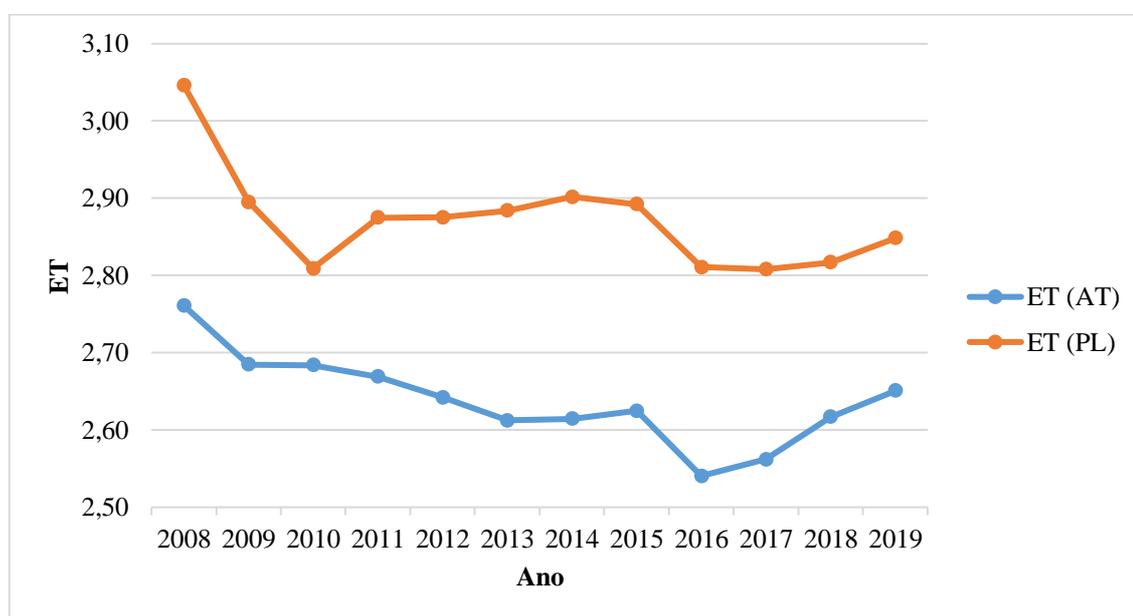


Gráfico 6: Evolução ET (Ativos Totais e Patrimônio Líquido)

⁷ O índice HHI por considerar todas as n instituições do mercado, é o mais utilizado em estudos sobre a concentração de mercado e possui uma classificação para seus valores definidos pelo Departamento de Justiça – DOJ e pela Comissão Federal de Comércio, ambos dos Estados Unidos. LIMA (2001).

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Com condutas semelhantes aos ativos totais e importantes no mercado bancário, os depósitos totais representam a capacidade de um banco captar recursos. Esta captação é diretamente ligada ao seu tamanho; bancos maiores captam mais recursos, obtendo vantagens competitivas sobre bancos menores no mercado. Como um banco utiliza-se da captação de recursos por intermédios financeiros a juros baixos para emprestá-los a taxas de juros mais altas, os depósitos indicam grande capacidade de um banco gerar lucro com sua carteira de crédito.

A Tabela 7 mostra resultados de uma alta concentração no setor bancário brasileiro ao analisar os Depósitos Totais (depósitos à vista e a prazo, poupança, interfinanceiros e outros). Analisando a Razão de Concentração dos cinco maiores bancos (CR5), em 2019 o mercado concentrava 83% de todos os depósitos bancários, um salto de 6,85% em relação à 2008. Já a Razão dos dez (CR10) e vinte (CR20) maiores bancos pouco variou entre os períodos analisados apresentando menos de 1% de aumento nos índices.

Tabela 7 – Índices de concentração (Depósitos Totais)

Ano	CR5	CR10	CR20	HHI (DT)	ET (DT)
2008	0,76	0,89	0,94	0,13	2,54
2009	0,77	0,88	0,93	0,14	2,52
2010	0,77	0,87	0,93	0,14	2,53
2011	0,78	0,88	0,93	0,14	2,48
2012	0,80	0,88	0,94	0,15	2,43
2013	0,81	0,89	0,94	0,16	2,37
2014	0,82	0,89	0,95	0,16	2,36
2015	0,79	0,90	0,95	0,15	2,39
2016	0,84	0,90	0,95	0,17	2,29
2017	0,84	0,90	0,94	0,16	2,33
2018	0,84	0,90	0,95	0,15	2,35
2019	0,83	0,89	0,94	0,15	2,40

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Cabe ressaltar que os depósitos totais mostrou ser a variável mais concentrada, apresentando uma elevada concentração conforme o Quadro 2 e moderada considerando o HHI. A evolução dos cinco maiores bancos mostra como a variável é importante para o setor. Um

dos fatores que ampliam os depósitos diz respeito aos riscos existentes na economia, onde investidores, pessoas físicas e jurídicas, buscam instituições financeiras para segurança e proteção de seus patrimônios. A captação de recursos pelas instituições cresceu muito nos últimos anos, reflexo da modesta recuperação econômica e do crescimento da renda. Cabe mencionar que o desempenho entre as modalidades (depósitos a prazo, caderneta de poupança, depósitos à vista) está diretamente relacionada à rentabilidade que cada uma delas oferece (RELATÓRIO DE ECONOMIA BANCÁRIA, 2019).

O Gráfico 7 analisa a participação de mercado (*Market Share*) referente aos depósitos totais. A evolução da razão de concentração (CR) dos cinco maiores bancos mostra que em 2019 BB (Banco do Brasil), Itaú, Bradesco, Caixa e Santander juntos detinham cerca de 83% do total de depósitos do SFB. A partir de 2016, percebe-se uma redução da participação dos principais bancos públicos federais, acompanhada por um aumento na concentração entre as instituições privadas. Esse fenômeno foi mais pronunciado para os agregados contábeis depósitos totais e operações de crédito.

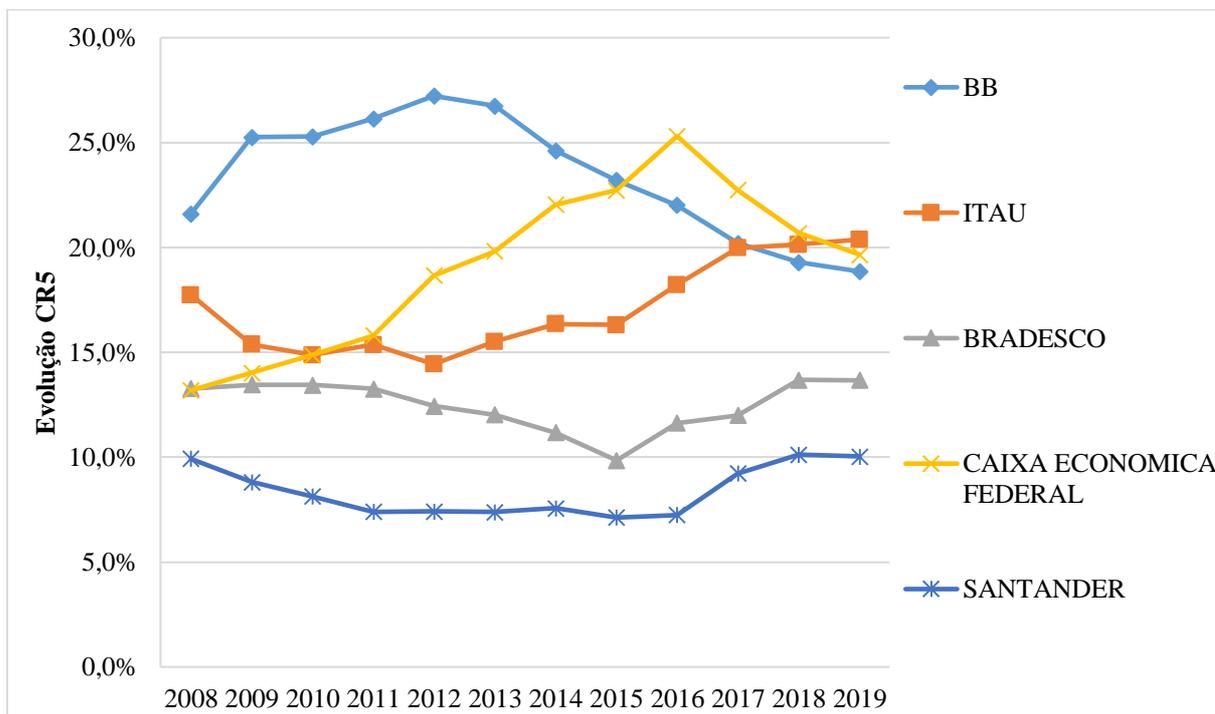


Gráfico 7 – Evolução do CR5 (Depósitos Totais)
 Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Como mostra o Gráfico 7, assim como na evolução dos ativos totais, a Caixa Econômica Federal foi o banco que mais cresceu sua participação no mercado até 2016, representando um crescimento total de 49% em 2019 comparado à 2008; muito de seus resultados se dão pelo âmbito de suas operações como já mencionados antes. O único banco que reduziu sua participação em relação aos outros foi o Banco do Brasil, com uma queda de 12,7%; mesmo assim o BB é o terceiro maior em depósitos totalizando 555,7 bilhões de reais, ficando atrás apenas da Caixa Econômica Federal e Itaú.

A última variável do estudo se refere às operações de crédito concedidas pelas instituições bancárias, que correspondem à diferença entre as operações de crédito e a provisão para operações de crédito⁸. Segundo a base de dados do Manual de Normas do Sistema Financeiro (COSIF) divulgadas pelo BACEN, as operações de crédito distribuem-se segundo as seguintes modalidades:

- a) empréstimos - são as operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os empréstimos para capital de giro, os empréstimos pessoais e os adiantamentos a depositantes;
- b) títulos descontados - são as operações de desconto de títulos;
- c) financiamentos - são as operações realizadas com destinação específica, vinculadas à comprovação da aplicação dos recursos. São exemplos os financiamentos de parques industriais, máquinas e equipamentos, bens de consumo durável, rurais e imobiliários.

Tabela 8 – Índices de concentração (Operações de Crédito)

Ano	CR5	CR10	CR20	HHI (OC)	ET (OC)
2008	0,69	0,85	0,91	0,11	2,75
2009	0,69	0,87	0,92	0,11	2,66
2010	0,69	0,87	0,93	0,11	2,66
2011	0,70	0,88	0,93	0,11	2,64
2012	0,72	0,88	0,93	0,12	2,60

⁸ A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil dos créditos mediante registro a débito de DESPESAS DE PROVISÕES OPERACIONAIS e a crédito da adequada conta de provisão para operações de crédito. No caso de insuficiência, reajusta-se o saldo das contas de provisão a débito da conta de despesa. No caso de excesso, reajusta-se o saldo das contas de provisão a crédito da conta de despesa, para os valores provisionados no período, ou a crédito de REVERSAO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, se já transitados em balanço. (Cta-Circ 2899 item 12 III).

2013	0,74	0,88	0,93	0,13	2,54
2014	0,76	0,89	0,94	0,13	2,51
2015	0,76	0,89	0,94	0,13	2,49
2016	0,79	0,90	0,94	0,14	2,40
2017	0,78	0,90	0,94	0,14	2,41
2018	0,77	0,90	0,94	0,14	2,45
2019	0,75	0,89	0,94	0,13	2,49

Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

De acordo com a Tabela 8, o grau de concentração aumentou nos períodos analisados. Inicialmente, a Razão de Concentração dos cinco maiores bancos (CR5) apresentou tendência de alta até o ano de 2016. Em 2019 os cinco maiores bancos concentravam 75% de todas as operações de crédito, um salto de 6,84% em relação à 2008. A Razão dos dez maiores bancos (CR10) aumentou 4,13% entre o período analisado e os vinte maiores bancos (CR20) cresceu 2,73%. Assim como nas variáveis anteriores (com exceção do CR10 e CR20 do patrimônio líquido), as razões de concentração apresentaram ser elevadas e o índice HHI apresentou moderadamente elevado. Além de serem altamente correlacionados, o índice HHI é mais consistente ao analisar o aumento da concentração das operações de crédito.

Refletindo o ciclo de flexibilização da política monetária iniciado em outubro de 2016, que tinha como meta reduzir a taxa básica de juros, o crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) manteve-se em aceleração crescente. O saldo dos empréstimos e financiamentos cresceu 6,5% no ano de 2019. Depois desse dinamismo a partir de 2016, houve uma grande evolução dos empréstimos para pessoas físicas, e jurídicas. A maior parte do volume de crédito é concentrado na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, dada a importância dessas duas instituições financeiras na oferta de crédito imobiliário, rural e consignado (BACEN, 2019).

Segundo o Relatório de Economia Bancária de 2019, o acesso ao crédito e ao microcrédito se fortaleceu nos últimos anos. No acesso ao microcrédito, os microempreendedores e as microempresas enfrentam limitações estruturais de acesso ao mercado de crédito devido à elevada assimetria de informação, a escassez de garantias e à maior vulnerabilidade. Entre 2008 e 2019 ocorreu uma evolução no direcionamento do microcrédito, devido ao aperfeiçoamento de regulações incorporando novas tecnologias. Junto ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Garantias, permitiu-se uma redução dos custos de

originação das operações de microcrédito incentivando a ampliação da oferta de crédito para os microempreendedores e microempresas.

Com relação aos índices de HHI dos depósitos totais e operações de crédito, o Gráfico 8 apresenta os resultados como crescentes até o ano de 2016 para os depósitos totais, atingindo seu valor máximo de 0,1655. Já as operações de crédito chegaram ao valor máximo de 0,1416 em 2017. Posteriormente, ambos os índices decresceram. Analisando todo o período, houve um crescimento dos índices de 13,9% no HHI (Depósitos Totais) e 21,6% no HHI (Operações de Crédito) elevando o grau de concentração do mercado.

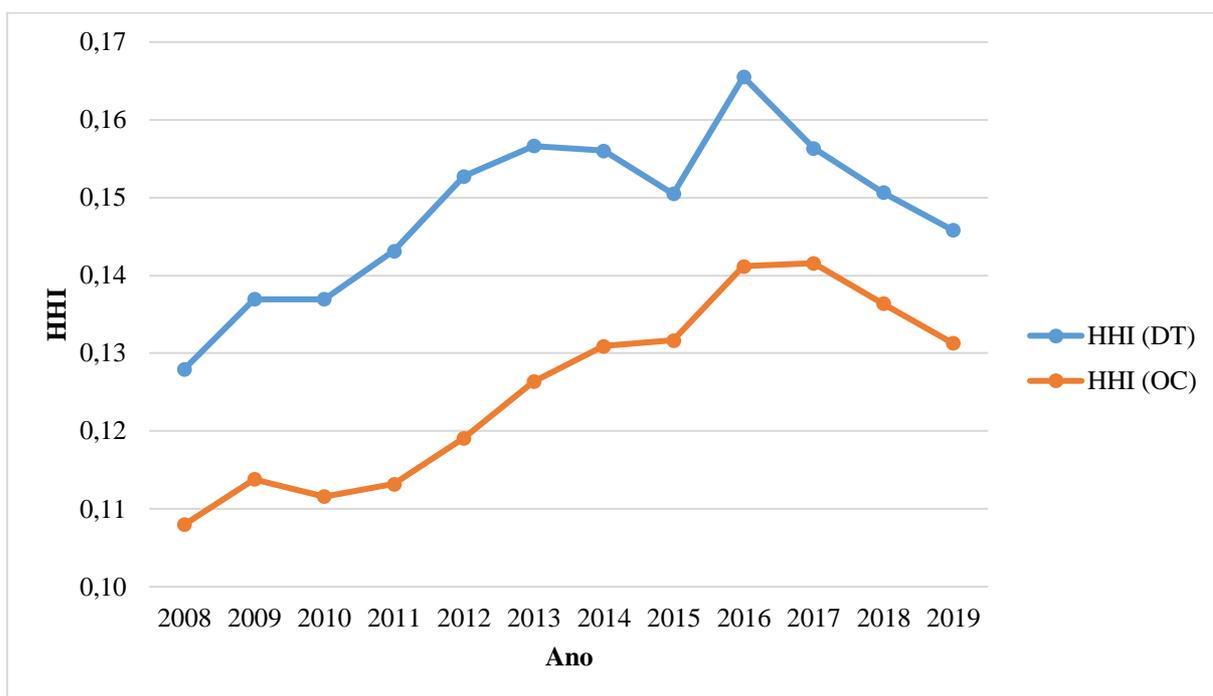


Gráfico 8 – Evolução HHI (Depósitos Totais e Operações de Crédito)
Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

De acordo com os níveis de concentração de HHI dispostos no Quadro 3 os valores obtidos acima de 0,1 indicam que o mercado brasileiro apresenta moderada concentração ($0,100 \leq HH < 0,180$) no período para ambas as variáveis depósitos totais e oferta de crédito.

Os principais movimentos na concentração do mercado de crédito no período refletiram a redução da fatia de mercado do BB e da CEF desde 2016. Em contrapartida os outros bancos que compõem o CR5 (todos privados), aumentaram sua fatia. Analisando o índice de Entropia de Theil, para as variáveis Depósitos Totais e Operações de Crédito, conforme o Gráfico 9, os resultados foram decrescentes até o ano de 2016 para ambas as variáveis, indicando alta concentração e baixa competitividade no mercado. A partir de 2016, os índices ET

apresentaram resultados crescentes. Em suas variações dentro do período analisado, o índice ET (depósitos totais) reduziu seu valor em 5,4% enquanto ET (operações de crédito) reduziu 9,2%.

Portanto, em 2019, ocorreu uma redução na concentração no mercado de crédito do SFB, com destaque para a queda na participação de bancos públicos federais.

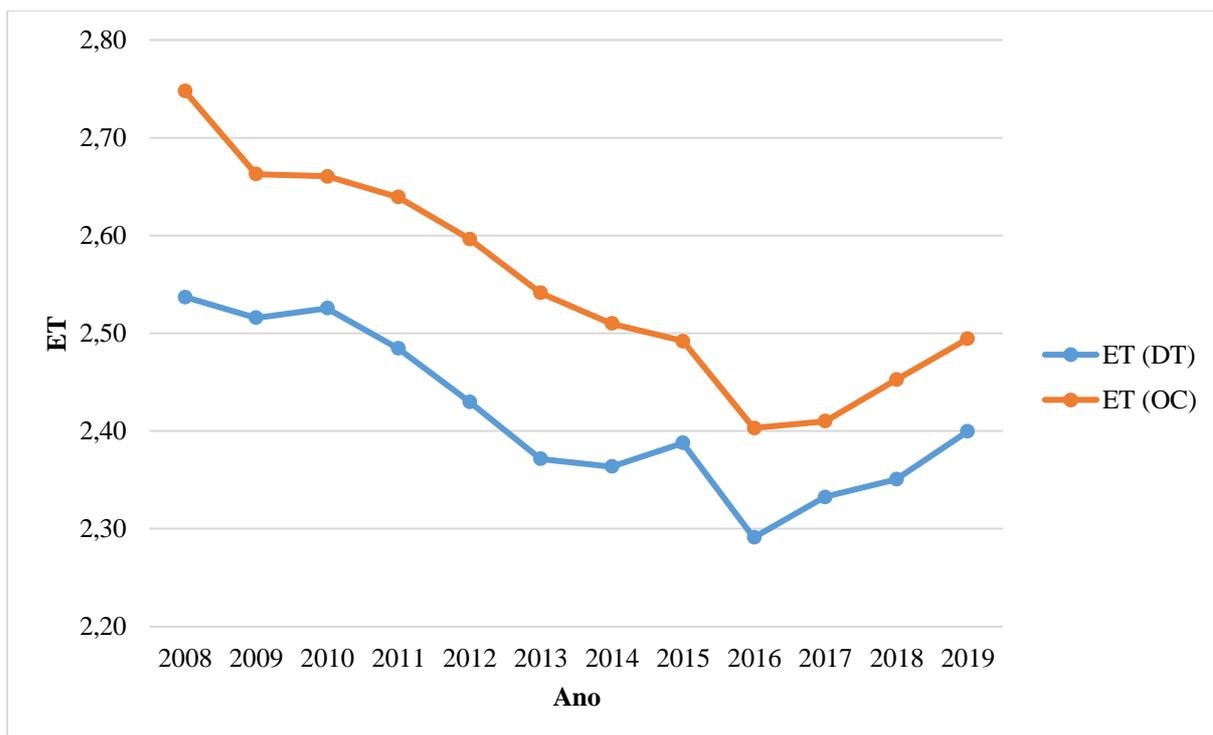


Gráfico 9 – Evolução ET (Depósitos Totais e Operações de Crédito)
Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Após análise de todos os índices, observa-se a mesma tendência para todos os indicadores, o que pode ser explicado pelos mesmos motivos já que são altamente correlacionados. Os resultados apontam um crescimento dos índices até 2016, e um recuo logo após. Apesar do setor se mostrar moderadamente concentrado, o poder de mercado está concentrado nos três grandes bancos privados Itaú, Bradesco e Santander juntamente aos dois grandes bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal aos quais estes apresentaram elevados níveis de concentração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura podemos encontrar evidências de que a evolução do setor bancário, somada a um ambiente institucional de maior maturidade e previsibilidade, favoreceram o aumento da resiliência do sistema bancário brasileiro. Porém, nos últimos anos, podemos ver que o mercado bancário brasileiro tem passado por uma evolução que pode ser considerada hostil à competição, em termos do aumento significativo e contínuo da sua concentração e do consequente poder de mercado dos grandes bancos domésticos na dinâmica competitiva do setor.

Com a evolução do mercado bancário brasileiro, iniciada desde a reestruturação do sistema bancário em 1964 até o Plano Real, os bancos brasileiros modificaram sua oferta de serviços, focando no mercado de crédito e incorporando novas instituições. Apesar da quantidade de bancos presentes no Brasil ter se mantido quase igual à quantidade de onze anos atrás, representando 137 bancos em 2019; a concentração do setor tem se mantido significativamente alta.

Diante disso, este estudo teve como objetivo avaliar o grau de concentração da indústria bancária brasileira, considerando as variáveis ativos totais, patrimônio líquido, depósitos totais e operações de crédito, no período de 2008 a 2019. Tal abordagem focou o setor bancário específico (Sistema Financeiro Bancário), desconsiderando as instituições de pagamentos, cooperativas e não bancárias.

De acordo com os critérios utilizados, foram encontradas evidências de concentração no SFB (Sistema Financeiro Bancário), tendo em vista que todos os CR5, CR10 e CR20 apresentaram um grau de concentração entre moderadamente elevado e elevado segundo a literatura, com destaque para os depósitos totais e operações de crédito onde há uma elevada e crescente evidência de concentração no mercado, de acordo com os critérios.

Ao utilizar o índice *Herfindahl-Hirschman* (HHI), reforçado pelo índice Entropia de Theil (ET), como referência foram identificadas evidências do crescimento da concentração do mercado bancário brasileiro em relação à todas as variáveis analisadas, o que indica que há uma correlação entre as variáveis e índices analisados. Os resultados demonstram que os indicadores se enquadram como mercado de “concentração moderada” em todos os parâmetros, mais especialmente em relação aos depósitos bancários quase chegando a elevada concentração.

Portanto, analisando a concentração dos índices, percebe-se que o mercado bancário brasileiro é moderadamente concentrado e que há uma elevada concentração em poder dos cinco maiores bancos (Itáú, Bradesco, BB, Caixa e Santander), e que dentre estes, os bancos privados têm tomado uma atuação mais proeminente no mercado a cada ano, enquanto os bancos públicos passaram (pelo menos até 2016) a exercer um protagonismo acentuado no mercado, como parte de uma agenda anticíclica do governo federal frente aos efeitos da crise global.

Analisando a dominância destes cinco bancos, o mercado bancário brasileiro tem se tornado cada vez mais sólido, pelo lado positivo a concentração fortaleceu o sistema financeiro e o tornou menos vulnerável a crises bancárias. Por outro lado, com a elevada concentração estes bancos tem auferido lucros extraordinários através de seus *spreads* bancários com altas taxas de juros e tarifas, tudo isso é danoso a quem demanda os serviços oferecidos pelos bancos, devido à falta de concorrência no setor, já que os grandes *players* conseguem exercer poder de mercado sobre os demais concorrentes.

Nesta pesquisa identificamos alguns fatores que contribuem para o aumento dos níveis de concentração. Um dos principais responsáveis foram as fusões e aquisições que contribuíram e ainda contribuem para um aumento da eficiência e poder de mercado de um banco. Outro fator foi um aumento da competitividade via diferenciação de produtos e serviços, o que faz com que os bancos busquem soluções e inovações tecnológicas no mercado afim de conquistar o poder de mercado. Portanto, há uma agressiva disputa entre os bancos por relacionamentos fiéis com clientes, o que acaba gerando assimetrias de informação e elevados custos de transferência para seus contratantes.

Ao analisar o tipo de controle dos bancos no Brasil, ainda que o setor privado estrangeiro detenha cerca de 14% dos ativos totais do consolidado bancário, a grande maioria dos bancos estrangeiros ainda têm dificuldades em estabelecer-se no mercado brasileiro, embora tenham crescido de forma acelerada desde a abertura do mercado pós-planos de reestruturação (PROER, PROES). Grande parte destes bancos foram incorporados por bancos nacionais, principalmente Itaú e Bradesco. Assim, é evidente que há uma relação entre barreiras de entrada à penetração de instituições estrangeiras por parte dos grandes bancos nacionais. Como exceção, o Santander é o único banco estrangeiro que conseguiu se estabelecer entre as grandes instituições no Brasil. Portanto, a abertura do setor pós Plano-Real com a entrada de bancos estrangeiros não têm efeito marcante na concentração do sistema.

Apesar da concentração bancária ter crescido ao longo dos últimos anos, é uma concentração moderada que se encaixa dentro dos padrões internacionais, refletindo tanto os fatores exógenos como endógenos da indústria. Tal análise demonstra que os bancos competem para manter seu *Market Share*, uma vez que se torna uma tarefa difícil fomentá-lo em momentos de crescimento dos concorrentes.

Os resultados sugerem que a concentração de mercado é um importante aspecto na explicação da lucratividade bancária, embora a presença de grandes bancos tenda, de acordo com a literatura, a favorecer a solidez e a estabilidade do mercado financeiro nacional (favorecendo ganhos de eficiência para o sistema), ainda há muitos desafios ocultos associados à estrutura e à dinâmica competitiva do mercado atualmente. E ainda cabe muita discussão ao tema sobre o equilíbrio dos benefícios e desvantagens da concentração bancária no Brasil.

Por fim, a título de sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se estudos sobre a concentração do setor bancário brasileiro incluindo todo SFN e o impacto da chegada das Fintechs⁹ que crescem no mercado financeiro, inovando e otimizando serviços financeiros com apostas tecnológicas, o que favorecerá a competição e a redução do custo de crédito, o que pode também gerar transformações em outros fatores da dinâmica do setor.

⁹ A palavra *fintech* é usada para se referir a startups ou empresas que desenvolvem produtos financeiros totalmente digitais, nas quais o uso da tecnologia é o principal diferencial em relação às empresas tradicionais do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Luiz Alberto D' Ávila de; NETO, Paulo de Melo Jorge; PONCE, David Agustín Salazar. Competição e Concentração entre os Bancos Brasileiros. **Economia**, [s. l.], Brasília (DF), v.7, n.3, p.561-586, set/dez 2006
- ARIENTI, Patrícia F. F. **Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 577-600, out. 2007.
- BAIN, J. S. **Industrial Organization**. 2ed. Berkeley: John Wiley & Sons, 1968.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. Concentração Bancária, Lucratividade e Risco Sistêmico: Uma abordagem de contágio indireto. In: **PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PROER>. Acesso em: 03 out. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório de Economia Bancária 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 15 set. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório De Economia Bancária e Crédito**. [S. l.: s. n.], 2014- . Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf. Acesso em: 23 jul. 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório De Economia Bancária**, 2019. [S. l.: s. n.], 2019- . Anual. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.
- BARBOSA, Roberto Rodrigues. **Análise da concentração do setor bancário brasileiro entre os anos de 2004 e 2014**. 2015. Monografia (Bacharel) - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, [S. l.], 2015.
- BELAISCH, AGNÈS (2003): “Do Brazilian banks compete?”, IMF WP 03/113.
- BRAGA, H. C.; MASCOLO, J.L. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 851-884, ago.1982.
- CARVALHEIRO, N.; TAVARES, M. A. R. M. **O Setor Bancário Brasileiro: Alguns Aspectos do Crescimento e da Concentração**. São Paulo: FIPE/USP, 1985.
- CINTRA, Marcos Antonio M. A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005. **Política Econômica em Foco**, nov. 2005 e abr. 2006. Boletim semestral. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em; 27 out. 2019.

CLEMENTE, Ademir; KÜHL, Marcos Roberto. **Intermediação financeira no Brasil: influência da taxa de captação sobre a taxa de aplicação.** In: Congresso USP, 6, 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org>>. Acesso em: 15 set. 2019.

DA COSTA, Fernando Nogueira; MARINHO, Maria Regina Novaes; MATTEDI, Adriana Prest. Estrutura Do Mercado Bancário. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], p. 150-159, 1999.

DANTAS, José Alves; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; PAULO, Edilson. Relação entre concentração e rentabilidade no setor bancário brasileiro. **R. Cont. Fin.**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 5-28, 2011.

DA SILVA, João Andrade Vieira. **Competição entre bancos privados e públicos no Brasil.** 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, [S. l.], 2016.

DE PAULA, Luiz Fernando; OREIRO, José Luis; BASILIO, Flavio A. C. Estrutura do setor bancário e o ciclo recente de expansão do crédito: o papel dos bancos públicos federais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, Set./Dez. 2013.

D'OLIVEIRA, Eliseu Hernandez. **Determinantes da Lucratividade Bancária no Brasil.** 2014. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ERCOLIN, Tiago M. **Evolução da estrutura de mercado bancário e de crédito do Brasil no período de 2001 a 2007.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz” – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ESPERANÇA, Daniel Moreira Alves. **Plano Real, abertura financeira e concentração bancária no Brasil.** 2017. Monografia (Bacharel) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, [S. l.], 2017.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.

FRANCO, Patrícia Mendes; CAMARGOS, Marcos Antônio de. Fusões e Aquisições no Setor Bancário Brasileiro: Criação de Valor, Rentabilidade, Sinergias Operacionais e Grau de Concentração. **XXXV Encontro da ANPAD**, [s. l.], 4 a 7 de Setembro 2011.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro. In: FREITAS, Maria Cristina Penido de (Org.). **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90.** São Paulo: Fundap; Papesp; Brasília: Ipea, 1998.

GONÇALVES, Tiago C. **O sistema financeiro brasileiro: evolução do crédito no Brasil pós-Plano Real.** 2007. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2007.

KON, A. **Economia Industrial.** São Paulo: Nobel, 1999

KRETZER, Jucélio. **Os efeitos das fusões e incorporações na estrutura do mercado bancário brasileiro: 1964-1984**. 1996. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

LIMA, R.A.S. Evolução da concentração na indústria de defensivos agrícolas no Brasil, no período de 1995-1998. In: Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares. 2001. **Anais eletrônicos**. Ribeirão Preto: FEARP-USP, 2001.

LIMA, Rafael; FERRO, Manuel Palma; KOCINAS, Bruno. BANCOS MÚLTIPLOS NO BRASIL. **Organização Industrial – EAE0508**, [s. l.], 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4150421/mod_resource/content/1/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Bancos%20M%C3%BAltiplos.pdf. Acesso em: 7 jul. 2019.

LUFT, Alison; ZILLI, Julcemar Bruno. Concentração de mercado: uma análise para a oferta de crédito pelo setor bancário brasileiro. **Teoria e Evidência Econômica – Ano 19**, [s. l.], n. 41, p. 150-172, jul./dez. 2013.

MELO, Juliana Rabelo; FILHO, José M. S.; FORTE, Sérgio H. A. C. A Indústria Bancária Brasileira: Um Estudo Sobre As Barreiras De Entrada Às Instituições Estrangeiras. **XXXVIII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, p. 1-16, 13 set. 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_ESO1130.pdf. Acesso em: 26 ago. 2019.

NAKANE, M.I. **Concorrência e spread bancário**: uma revisão de evidência para o Brasil. FEBRABAN, 2003. (Estudos, Textos e Ensaios). Disponível em: <http://www.febraban.org.br/> Acesso em: 20 set. 2019.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

RESENDE, M.; BOFF, H. Concentração Industrial. In: HASENCLEVER, Lia; KUPFER, David (Org.). **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. P. 55-65.

RESENDE, Marcelo. **Determinantes da estrutura de mercado no setor bancário brasileiro - 1970-86**. R.Bras.Econ, Rio de Janeiro, p. 211-222, abr./jun. 1992.

ROCHA, F. (2001). **Evolução da concentração bancária no Brasil: 1994-2000**. Banco Central do Brasil. Brasília. *Notas Técnicas*, n. 11.39 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso: out. 2019.

SALVIANO Jr., Cleofas. **Bancos estaduais**: dos problemas crônicos ao Proes. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

SHEHZADAB, C. T.; HAANACD, J. D.; SCHOLTENSA, B. The relationship between

size, growth and profitability of commercial banks. *Applied Economics*, v. 45, p. 1751–1765, 2013.

SHORT, B. K. The relation between commercial bank profit rates and banking concentration in canada, western europe, and japan. *Journal of Banking & Finance*, v. 3, p. 209–219, 1979.

SMANIOTTO, Emanuelle Nava; ALVES, Tiago Wickstrom. Concentração e poder de mercado no sistema bancário brasileiro: uma análise pós-Plano Real. *Perspectiva Econômica*, [S. l.], p. 29-41, jan-jun. 2016.

VARIAN, Hal R. **MICROECONOMIA**: uma abordagem moderna. 9. ed. [S. l.: s. n.], 2015.